

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Plano de Manejo
Parque Nacional do Itatiaia
Parte Baixa

Monitoria e Avaliação



Brasília, abril de 2009

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva

Ministro do Meio Ambiente
Carlos Minc

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP) / Instituto Chico
Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Ricardo José Soavinski

Chefe do Parque Nacional do Itatiaia / Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade (PNI/ICMBio)
Walter Behr

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)
DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL
(DIREP)**

**PRIMEIRA MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA
DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PARTE BAIXA
DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA**

CRÉDITOS AUTORAIS:

- Lourdes M. Ferreira - Coordenadora – Ecóloga/Analista Ambiental, DIREP/ICMBio
- Margarene Maria Lima Beserra - Engenheira Agrônoma/Analista Ambiental, DIREP/ICMBio:
- Walter Behr - Chefe do PNI – Administrador de Empresas/Analista Ambiental, PNI/ICMBio
- Leo Nascimento: Médico Veterinário/Analista Ambiental – PNI/ICMBio
- Gustavo W. Tomzhinski – Engenheiro Agrônomo/Analista Ambiental, PNI/ICMBio
- Luiz Sergio P. Sarahyba – Biólogo/Analista Ambiental, PNI/ICMBio
- Daniel Di Giorgi Toffoli – Geógrafo/Analista Ambiental, PNI/ICMBio
- Mário Kozlowski Pitombeira – Engenheiro Florestal/Analista Ambiental, PNI/ICMBio
- Patrícia Kidricki Iwamoto – Bióloga/Analista Ambiental, PNI/ICMBio

ELABORAÇÃO DE MAPAS:

- Patrícia Kidricki Iwamoto – Bióloga/Analista Ambiental, PNI/ICMBio

CAPA E ILUSTRAÇÕES:

- Fátima Feijó – Analista Ambiental/IBAMA

COLABORADORES:

- Thiago Maia Gouvêa Alves – Analista de Sistema, PNI/ICMBio
- Fábio de Jesus – Turismólogo e Comunicador, Analista Ambiental/ICMBio
- Alessandro de Oliveira Neiva – Engenheiro Ambiental, DIREP/ICMBio

Brasília, abril de 2009.

**PRIMEIRA MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA
DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PARTE BAIXA
DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA**

SUMÁRIO

1 -	CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DA MONITORIA	01
2 -	INSTRUMENTOS E SITUAÇÕES ANALISADOS	03
3 -	REPROGRAMAÇÃO	03
3.1 -	FERRAMENTAS PARA IMPLANTAÇÃO	03
3.1.1 -	GRUPO DE IMPULSÃO DA MONITORIA	03
3.1.2 -	BUSCA DO COMPARTILHAMENTO DA GESTÃO	05
3.1.3 -	CONCESSÕES E OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	05
3.2 -	AÇÕES E ATIVIDADES	08
3.2.1 -	PROGRAMA DE DESOCUPAÇÃO PROGRESSIVA – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	08
3.2.2 -	NORMAS DE CONVIVÊNCIA COM EMPREENDEDORES (HOTÉIS, Pousadas e ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS) E OCUPANTES EM GERAL	09
3.2.3 -	APROVEITAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO	10
3.2.4 -	TRANSPORTE ÚNICO	11
3.2.5 -	ANÁLISE DA QUALIDADE DE ÁGUA	11
3.2.6 -	FOLHETO INFORMATIVO	11
3.2.7 -	PASSEIO DE BICICLETA	11
3.2.8 -	SERVIÇO DE PREPARO DE CESTA DE ATIVIDADES DA VISITAÇÃO	12
3.2.9 -	MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DE EFLUENTES	12
3.2.9 -	PROJETO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E DE PROGRAMAÇÃO VISUAL DE SINALIZAÇÃO EXISTENTE	12
3.2.10 -	PROJETO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E DE PROGRAMAÇÃO VISUAL DE SINALIZAÇÃO EXISTENTE	12
3.2.11 -	CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DAS NOVAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO	13
3.2.12 -	MANEJO DO IMPACTO DA VISITAÇÃO	13
3.2.13 -	LEILÃO FESTIVO	13
3.2.14 -	COMPLEXO DO PORTÃO DE ENTRADA	14
3.2.15 -	VIAS DE CIRCULAÇÃO INTERNA	14
3.2.16 -	COMPLEXO DE VISITAÇÃO ALDEIA DOS PÁSSAROS	15
3.2.17 -	CANOAGEM NO RIO CAMPO BELO	15
3.2.18 -	ARVORISMO E TIROLESA	18
3.2.19 -	MIRANTE DO ÚLTIMO ADEUS	18
3.2.20 -	ESCALADA NA PAREDE DO ÚLTIMO ADEUS	18
3.2.21 -	PEDRA DE FUNDAÇÃO	18
3.2.22 -	CENTRO DE VISITANTES	20
3.2.23 -	CAFÉ DO CENTRO DE VISITANTES	20
3.2.24 -	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BIODIVERSIDADE E GASTRONOMIA (UNIBio)	22
3.2.25 -	BIBLIOTECA PÚBLICA	23
3.2.26 -	LANCHONETE DA MATA	24
3.2.27 -	TRILHA DO LAGO AZUL	24
3.2.28 -	QUIOSQUES PARA PIQUENIQUE	25
3.2.29 -	ACAMPAMENTO DO CHALÉ	25
3.2.30 -	TRILHA DOS TRÊS PICOS	25
3.2.31 -	TRILHA SUSPensa PARA OBSERVAÇÃO DE COPAS E LIGAÇÃO DE CACHOEIRAS	26
3.2.32 -	TRILHAS PARA OBSERVAÇÃO DE AVES	26
3.2.33 -	TRILHAS DAS CACHOEIRAS VÉU DE NOIVA, ITAPORANI E PORANGA	27
3.2.34 -	COMPLEXO DE VISITAÇÃO SOLAR AZUL	27
3.2.35 -	PONTE DO MAROMBA	29
3.2.36 -	TERCEIRIZAÇÃO DE DOIS HOTÉIS	29
3.2.37 -	CAPTAÇÃO DE ÁGUA E COBRANÇA DE IPTU PELA PREFEITURA DE ITATIAIA	29
3.2.38 -	CAPTAÇÃO DE ÁGUA PELO EXÉRCITO	29

3.2.39 -	ESPAÇOS PARA PESQUISADORES E ESTUDANTES	30
3.2.40 -	COMPLEXO ADMINISTRATIVO	30
4 -	ZONEAMENTO DA PARTE BAIXA	31
4.1 -	ZONA DE USO ESPECIAL	31
4.2 -	ZONA DE USO EXTENSIVO	32
4.3 -	ZONA PRIMITIVA	33
4.4 -	ZONA DE USO INTENSIVO	34
5 -	FONTES DE RECURSOS	35
5.1 -	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS	36
5.2 -	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PELA VOTORANTIM SIDERURGIA	36
5.3 -	OUTRAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	36
5.4 -	PARCERIA COM A VOTORANTIM SIDERURGIA	36
5.5 -	PARCERIA COM O DNIT	36
5.6 -	CONCESSÕES E OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	36
5.7 -	AMORTIZAÇÕES NAS CONCESSÕES	36
5.8 -	FUNDO DE SUSTENTABILIDADE DO UNIBio	38
5.9 -	LEILÃO FESTIVO	38
5.10 -	PARCERIAS POTENCIAIS PARA A MONITORIA E O UNIBio	38
6 -	AUMENTO NA VISITAÇÃO E NA ARRECADAÇÃO	38
7 -	A PROPOSTA DA AAI	38
8 -	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
9 -	ANEXOS	39
9.1 -	PARECER À PROPOSTA DA AAI	39
9.2 -	NOTA TÉCNICA	39
9.3 -	PLANILHAS DA MONITORIA	40

PRIMEIRA MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PARTE BAIXA DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA

1 – CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DA MONITORIA

Todo processo de planejamento prevê ajustes ao longo da implementação das ações propostas. Para tal, a monitoria e a definição das mudanças para os ajustes são intrínsecos ao processo. Com base neste princípio universal e fundamental do planejamento, o Roteiro Metodológico¹, que traz a metodologia de elaboração de um plano de manejo (PM) para os parques nacionais (PN), insere orientações sobre monitorias periódicas no PM, ao longo da sua implementação e para os casos de mudanças mais substanciais, as quais requerem uma avaliação assistida pela Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP). O presente caso é de uma monitoria assistida.

O Parque Nacional do Itatiaia (PNI) teve seu primeiro PM elaborado em 1982 e, a partir de então, três outros novos planejamentos mais específicos foram concebidos para a Unidade de Conservação (UC), quais sejam: o Plano de Ação Emergencial (PAE), de 1994; o Plano de Uso Público (PUP), de 2001, e o Sistema de Fiscalização, de 2002. O PAE resume as ações definidas no PM e determina algumas outras novas; o PUP avalia as atividades de visitação do Parque, à luz do PM e do PAE, atualizando as opções de mais sucesso e determinando algumas novidades, e o Sistema de Fiscalização discute as práticas e as propostas para as ações de proteção (fiscalização e controle) e dá novo encaminhamento à questão.

Porém, observa-se que o instrumento de planejamento mais completo é o PM que, apesar dos esforços institucionais, ainda não foi atualizado e não existiu um outro documento que reunisse todas estas outras diferentes proposições para a área do PNI e, portanto, nem mesmo para a sua área chamada Parte Baixa. Cite-se que a Parte Baixa do PNI, para efeitos da monitoria como aquela entre o portão de entrada até as trilhas da Cachoeira do Itaporani, da Cachoeira Vêu de Noiva e dos Três Picos.

Aliada à necessidade de se avaliar e atualizar as diversas propostas de manejo existentes para a Parte Baixa do PNI, alguns outros problemas foram identificados, em relação à área do ex-Núcleo Colonial do Itatiaia (ex-NCI), na Parte Baixa do Parque, que têm se arrastado ao longo de alguns anos e se desdobrado em vários outros, os quais mobilizam sua equipe, com claros prejuízos aos avanços que os trabalhos poderiam ter.

Há vários aspectos do PNI, administrativos, de pesquisa e de visitação, por exemplo, que precisavam de atualização, sendo que, inclusive, algumas das mudanças já tinham sido implementadas ou estavam em curso. Muitas das edificações e instalações também estavam muito depreciadas, necessitando intervenções urgentes, as quais não poderiam esperar o tempo demandado em uma revisão de PM. Daí porque a monitoria se fazia urgente para a Parte Baixa, onde o PNI alcança maior grau de implementação e, portanto, exige mais agilidade nas respostas para as mudanças.

Um novo PM para o PNI está prestes a ser iniciado, com recursos oriundos de compensação ambiental pela empresa Votorantim Siderurgia. Mas como a elaboração de um PM demanda um longo tempo, decidiu-se pela monitoria, para dar suporte técnico e jurídico às revitalizações da Parte Baixa do PNI. Por outro lado, a decisão pela monitoria foi reforçada pelo fato do Ministério do Meio Ambiente (MMA) estar implantando nova política relativa à liberação de recursos da compensação, implicando mais tempo para a conclusão da revisão do Plano.

Uma última justificativa para a necessidade da monitoria refere-se a um fato mais recente, de outubro de 2008, qual seja, a demanda da Associação dos Amigos do Itatiaia (AAI) junto ao MMA, chamada de Proposta para Regularização Fundiária do Núcleo Colonial Itatiaia. A AAI argumenta na sua proposta que, excluindo de dentro do PNI as áreas que faziam parte do ex-NCI, seriam resolvidos os

¹ Galante, Maria Luíza V. *et alii*. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas. IBAMA. Brasília.

problemas fundiários do Parque nessa região. Para tal, propõe a diminuição do PNI, excluindo dos seus limites os lotes que compunham o ex-NCI. A proposta da AAI vai além, sugerindo que as áreas desmembradas dos limites do PNI fossem transformadas em monumento natural (MN), categoria de UC que, segundo o documento, permitiria a continuidade de moradia de seus afiliados.

Para tanto, o ICMBio, por meio da equipe da monitoria, atendeu a determinação do MMA, que solicitou a avaliação da proposta da AAI, a qual solicitava uma reunião para discutir a questão. Neste sentido, iniciando os trabalhos, a equipe da monitoria marcou encontro no PNI para que a AAI pudesse apresentar a sua proposta e as suas demandas e expectativas, assim como pudesse dirimir as dúvidas que tivesse. Por outro lado, o encontro permitiria que a equipe da monitoria também tirasse suas dúvidas, o que era necessário para o entendimento e a análise da proposta.

O encontro ocorreu no dia 11 de novembro de 2008, quando foram definidas algumas sinalizações de entendimento entre as partes. Os entendimentos compreenderam a disponibilização do levantamento fundiário existente no PNI para consulta por interessados, entre os afiliados da AAI; um acordo de realização de uma rápida atualização de alguns dos dados fundiários, o que seria conduzido pelo próprio pessoal do Parque; a disponibilização da memória da reunião e do cronograma de atividades da monitoria e, por último, o acerto para que a AAI comunicasse e apresentasse sua proposta em reunião do Conselho Consultivo do PNI, no qual tem assento. Excetuando-se a rápida atualização do levantamento fundiário, que não ocorreu, pois a AAI argumentou que o tempo seria pouco para mobilizar seus afiliados, todos os demais entendimentos foram cumpridos pelo ICMBio. Inclusive, a AAI teve a oportunidade de fazer a sua apresentação ao Conselho Consultivo em uma assembléia extraordinária especificamente convocada com esta finalidade.

Tendo tudo isso em mente, a equipe de trabalho da monitoria levantou a situação vigente no PNI, nas suas mais diversas áreas da Parte Baixa, caracterizando quais e como as atividades ocorrem – nos aspectos ambientais, sociais, administrativos, de planejamento e à luz da legislação atual. Fez uma rápida avaliação estratégica de pontos favoráveis e desfavoráveis da situação atual e algumas tendências de mudança e moldou tudo isso em ações para dar encaminhamento de solução às diversas questões, sem perder de vista o principal mandato do PNI e do ICMBio, qual seja, de conservação da biodiversidade no contexto do Sistema Nacional de UC da Natureza (SNUC).

É importante salientar que a equipe da monitoria decidiu dar ênfase às questões fundiária e de visitação e, conseqüentemente, o fortalecimento da gestão do Parque. Isso porque entendeu que promoveria, de maneira mais rápida, a socialização do que o PNI pode e deve proporcionar, pois que as UC são para repartição coletiva e equitativa de seus benefícios e evocaria a sociedade a se tornar co-partícipe dos rumos que envolvem e pairam sobre o Parque. Tal decisão teve por base, ainda, os dados levantados e um cenário favorável que vem se desenhando para o financiamento das ações, por fontes já identificadas e de novas possibilidades, caminho que o PNI vem trilhando há alguns anos.

Cite-se que as mudanças previstas, intencionalmente, são para dar mais visibilidade às atividades de visitação, que foram reunidas em áreas de uso específicas, conduzidas sob controle e permitindo o benefício coletivo. A visitação, além de ser um dos objetivos primários para os PN, é um dos principais meios para a sensibilização ambiental, que aproximará a sociedade do bem conservado.

A visitação e a regularização fundiária constituem uma medida para que a área da Parte Baixa passe para o domínio do poder público, pois sabe-se que, em domínio público, eliminam-se as pressões imobiliárias, afastando-se os problemas das transmissões *causa mortis*. Ainda, contribui para eliminar o risco de parcelamento do solo e a especulação imobiliária, fatos que têm agravado, em muito, os problemas no PNI.

Portanto, todas as questões que se referem ao dia-a-dia do PNI, como fiscalização, manutenção, prevenção e combate a incêndios, assuntos de pessoal, administração e finanças, entre outros, foram analisadas e comentadas nas planilhas da monitoria e deixadas para a própria administração do Parque dar continuidade à gestão que vem fazendo.

Assim, o cenário acima apresentado é o contexto em que a monitoria ocorreu, avaliando as situações vigentes neste trecho do PNI, denominação consagrada – e informal – como Parte Baixa, em contraposição às áreas de altitudes mais elevadas, que ocorrem no Planalto do Itatiaia (Figura 1).

Em função desta situação, a equipe da DIREP, juntamente com a equipe técnica do PNI, iniciou em novembro de 2008, o levantamento rápido dos dados da situação em vigor, relativa às áreas da chamada Parte Baixa do Parque e aos terrenos do ex-NCI, para sua avaliação, à luz dos planejamentos existentes, e conseqüente indicação de encaminhamento, concluindo os trabalhos no início de abril de 2009.

2 – SITUAÇÕES E INSTRUMENTOS ANALISADOS

- Plano de Manejo do PNI, de 1982, no que delibera para a Parte Baixa do Parque².
- Plano de Ação Emergencial, de 1994, no que delibera para a Parte Baixa do Parque³.
- Plano de Uso Público, de 2001, no que delibera para a Parte Baixa do Parque⁴.
- Sistema de Fiscalização, de 2002, no que delibera para a Parte Baixa do Parque⁵.
- Áreas/lotos do ex-Núcleo Colonial do Itatiaia, dentro do Parque Nacional, onde foi proposto o Parque Natural (PNat).
- Proposta para Regularização Fundiária do Núcleo Colonial de Itatiaia, de outubro de 2008, da Associação dos Amigos do Itatiaia (AAI).

3 – REPROGRAMAÇÃO

Avaliando as diferentes ações já existentes e o seu estágio de implantação, bem como a pertinência de se manter a sua indicação, mediante a situação atual da área avaliada, a monitoria aponta uma releitura de toda a Parte Baixa, em caráter emergencial, propiciando o fortalecimento da proteção aos recursos naturais da área e a valorização e reconhecimento da importância de sua inserção no PNI.

A monitoria está estruturada em ações e áreas de atuação, de maneira livre, sem preocupação conceitual. Define os principais indicativos para a sua implementação, incluindo identificação de fontes de recursos para o seu financiamento, e o zoneamento para toda a Parte Baixa do PNI.

A monitoria está organizada em quatro grandes pilares: i) ferramentas para a implantação das ações e atividades da monitoria; ii) definição das ações e atividades (Prancha 1 e Figura 2); iii) zoneamento da área, que ordena e normatiza o funcionamento dos espaços, para garantir sua proteção, e iv) fontes de financiamento, reais e potenciais.

3.1 – FERRAMENTAS PARA IMPLANTAÇÃO

3.1.1 – GRUPO DE IMPULSÃO DA MONITORIA

- Formar um grupo independente da administração do PNI para alavancar e impulsionar a implementação das recomendações da presente monitoria, denominado Grupo de Impulsão da Monitoria do PNI (GI-PNI).
- O GI-PNI terá como foco principal os assuntos relativos à captação de recursos, à regularização fundiária e à visitação.
- O GI-PNI será formado por um funcionário de carreira do ICMBio, nomeado especificamente para esta função, o qual coordenará o Grupo, um funcionário do PNI, um procurador e/ou um advogado contratado e um funcionário de uma ONG ambientalista convidada.

² Ramos, Paulo César M. *et alii*. 1982. Plano de Manejo Parque Nacional do Itatiaia. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) / Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Brasília.

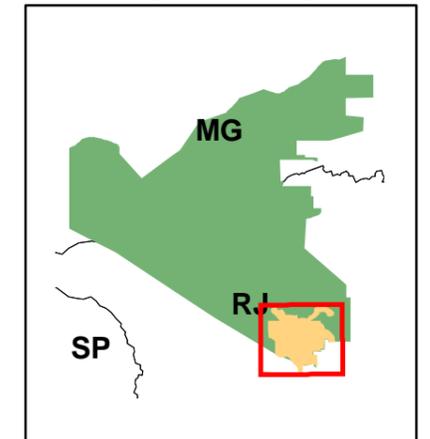
³ Pantoja, Angela. 1994. Plano de Ação para o Parque Nacional de Itatiaia. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Brasília.

⁴ Magro, Teresa Cristina *et alii*. 2001. Plano de Uso Público Parque Nacional do Itatiaia. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Brasília.

⁵ Carvalho, Suely M. G. de S. M. 2002. Sistema de Fiscalização Parque Nacional de Itatiaia. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Brasília.

Figura 1: Área de Avaliação da
Monitoria no Parque Nacional do
Itatiaia (PNI)-Parte Baixa

Mapa de Localização



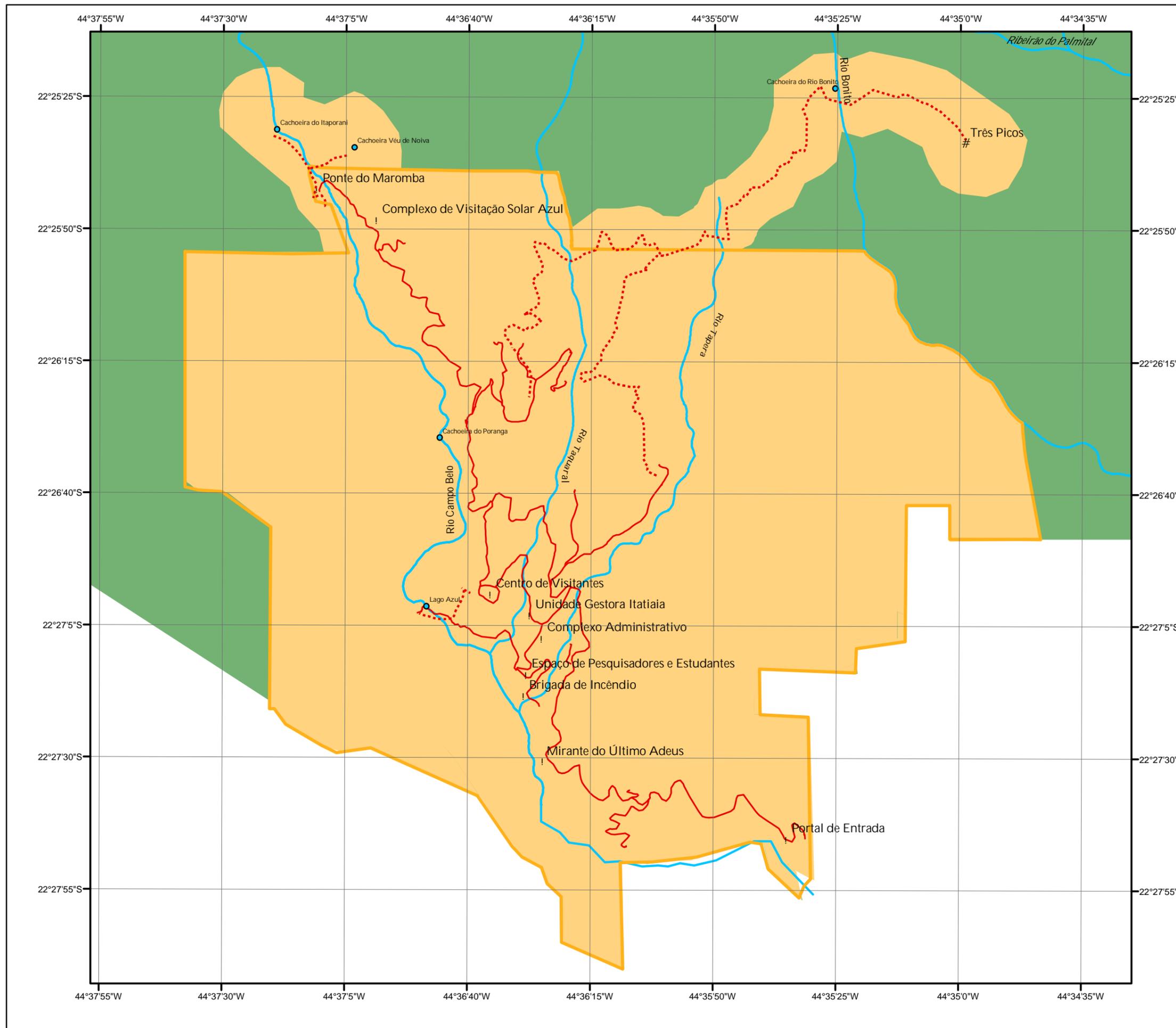
Legenda

- Trilhas
- Estradas
- PNI - Ex-Parque Natural
- Hidrografia Local
- PNI - Área da Monitoria

Sistema de coordenadas Geográficas
DATUM Horizontal SAD 69

Responsavel Técnico:
Patricia Kidricki Iwamoto
A. Ambiental/ParNa Itatiaia/ICMBIO

Data: Abril/2009



- O Grupo terá, ainda, dois assentos para observadores e colaboradores consultivos, sendo um para o Conselho Consultivo do PNI e um para um representante dos moradores, que o elegerá especificamente para tal função, comprovando sua representação social.
- O Coordenador do GI-PNI deve ser um bom negociador, saber resolver conflitos, ter condições de moderar as situações do mandato do GI, ter perfil de captador de recursos, ter neutralidade nas questões que envolvem os assuntos da monitoria, ser sensível à causa ambiental e ter habilidade em planejamento.
- A ONG ambientalista a ser convidada deverá ter visibilidade e credibilidade amplas, preferencialmente nacional e internacional, programa sólido de captação de recursos e ser independente quanto às questões regionais, bem como ter experiência na dinâmica e complexidade da administração e do manejo de UC e contar com recursos próprios para arcar com sua permanência e participação no GI-PNI.
- A ONG ambientalista escolhida deverá consultar as organizações locais e dar ciência dos trabalhos realizados ao Conselho Consultivo e à sociedade em geral.
- O GI-PNI funcionará com autonomia extra-chefia do PNI, sem vínculo de subordinação ao Parque, mas em estreita colaboração com sua administração.
- O GI-PNI funcionará, temporariamente, para implementar a presente monitoria.
- O GI-PNI avaliará periodicamente a evolução dos resultados obtidos e o avanço da revisão do PM do PNI, de modo a verificar quanto tempo mais ainda terá que funcionar antes de repassar suas atribuições para o Parque.
- O GI-PNI fará toda a captação de recursos para a implementação da monitoria, tanto internos quanto externos.
- Os recursos captados de fonte externa serão aplicados por meio da ONG, que deverá constituir projeto específico para esta finalidade, para dar mais agilidade à implementação.
- Para melhor andamento dos trabalhos, a equipe ficará sediada no PNI, nas edificações denominadas Imóveis 3 e 4, hoje denominadas Alojamento 1 e 2.
- O GI-PNI desenvolverá programa para oferecer oportunidades para que os moradores do PNI possam doar recursos – financeiros e/ou serviços voluntários -, como contrapartida pelos benefícios de viverem ou terem moradia dentro da UC.

3.1.2 – BUSCA DO COMPARTILHAMENTO DA GESTÃO

- Adotar medidas para implantar o processo de parceria, na modalidade de compartilhamento da gestão, com uma ONG ambientalista, para a implantação do PNI, principalmente no que se refere à sua regularização fundiária e controle territorial.
- O compartilhamento da gestão do PNI terá como objetivo principal a captação e a administração de recursos e o financiamento da sua implantação.
- O compartilhamento da gestão deverá ser um desdobramento, a médio prazo, da atuação do GI-PNI.
- As primeiras providências para execução deste objetivo serão tomadas pelo GI-PNI, em estreita colaboração com a chefia do Parque e a DIREP.
- A ONG escolhida e o processo adotado para o compartilhamento da gestão deverão atender todas as exigências da Lei Nº 9.985/2000 e seu regulamento (Decreto Nº 4.240/2002).

3.1.3 – CONCESSÕES E OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES

- Elaborar um plano de negócios, especialmente quanto à viabilidade econômica das atividades propostas na presente monitoria.
- Avaliar e elaborar um programa de oportunidades de terceirização de serviços dentro das atividades de visitação definidas na presente monitoria.
- As terceirizações poderão ser feitas individualmente e em pacotes, especialmente juntando uma atividade com mais atrativos e outras de menor atratividade e com necessidades do Parque, como pessoal, limpeza de áreas de visitação, manejo dos resíduos sólidos, recuperação de trilhas menores e de facilidades, entre outras.
- Levantar em conta as possibilidades de isenções de algumas atividades e redução de custos dos serviços quando o visitante escolher mais atividades para desenvolver, ou seja, quanto mais opções, menor o custo para ele.
- Avaliar a possibilidade de parte do retorno econômico das terceirizações ser por meio da cessão de pessoal, serviços, equipamentos e materiais para o PNI.

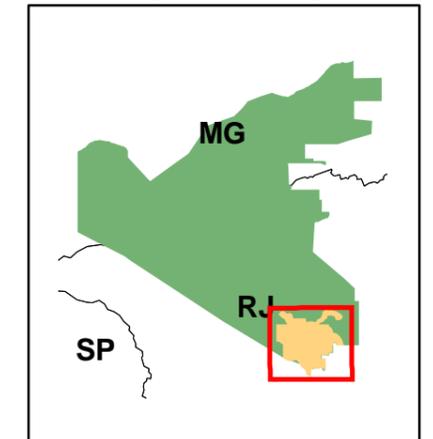
Parque Nacional do Itatiaia

prancha 1 - visão geral - parte baixa



Figura 2: Parque Nacional do Itatiaia (PNI)- Visualização das áreas de visitação-Vista geral

Mapa de Localização



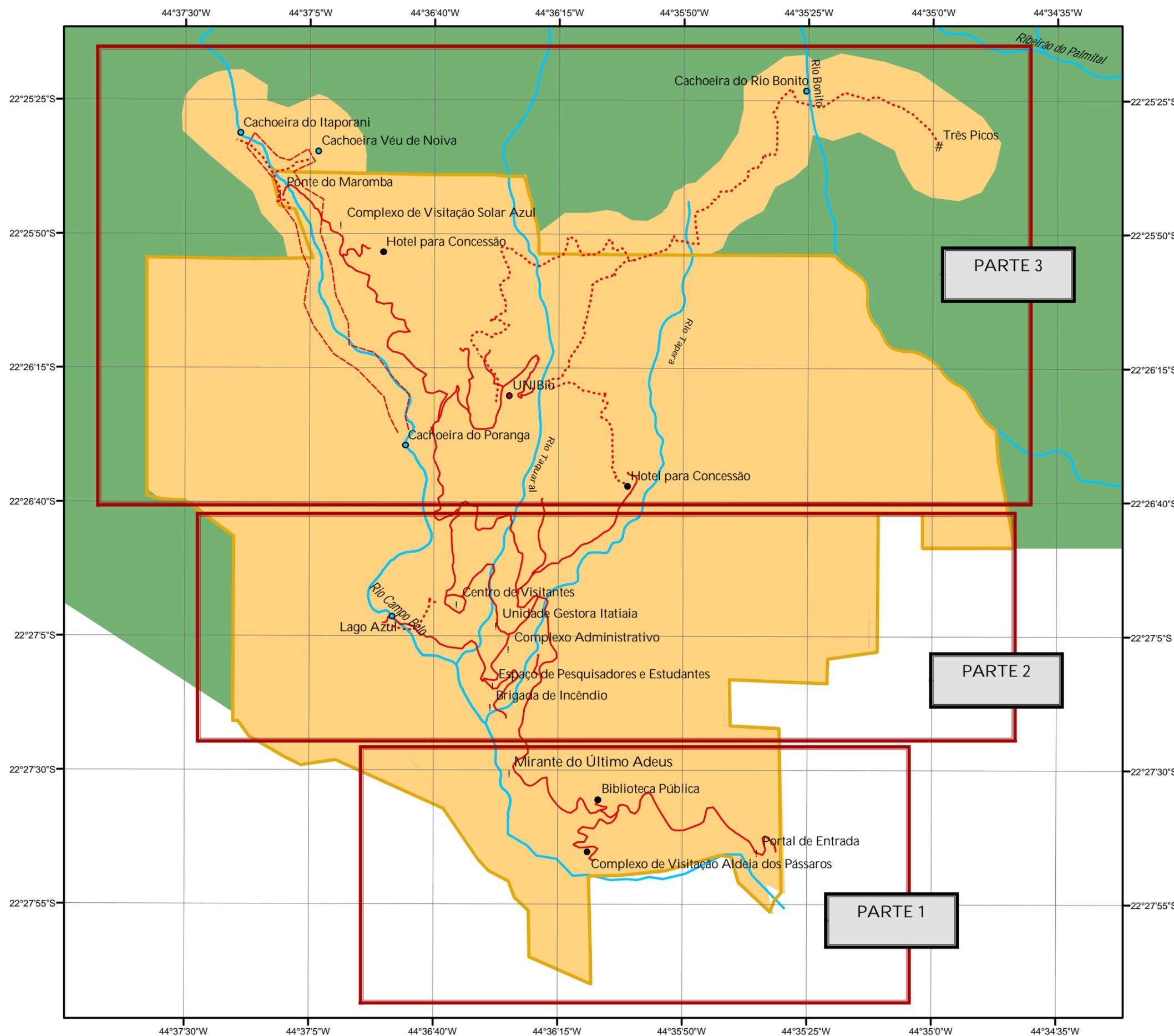
Legenda

- Trilhas
- Estradas
- PNI - Ex-Parque Natural
- Hidrografia Local
- PNI - Área da Monitoria
- PNI - Área fora da Monitoria

Sistema de coordenadas Geográficas
DATUM Horizontal SAD 69

Responsável Técnico:
Patricia Kidricki Iwamoto
A. Ambiental/ParNa Itatiaia/ICMBIO

Data: Abril/2009



3.2 – AÇÕES E ATIVIDADES

3.2.1 – PROGRAMA DE DESOCUPAÇÃO PROGRESSIVA – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Elaborar um programa de desocupação progressiva para o PNI.
- Adotar um horizonte de desocupação de, pelo menos, cinqüenta anos para a finalização da regularização fundiária da Parte Baixa do PNI.
- O horizonte indicado, embora muito longo, busca assumir a complexidade que, se sabe, é própria deste tema, quais sejam: i) exigências legais de compra às quais está subordinado o setor público; ii) diferenças de características da documentação dos imóveis, em geral muito díspares e inadequados para a indenização; iii) inconstância na disponibilidade de recursos financeiros do setor público; iv) aparelhamento institucional insuficiente para lidar com a questão; v) insatisfação dos ocupantes em deixar a terra, entre outros.
- Fazer um levantamento fundiário simplificado, de modo a atualizar as características de ocupação da Parte Baixa.
- O processo de regularização deverá desenvolver e adotar um documento no qual os ocupantes se autodeclaram interessados na indenização, o que será usado como um dos critérios de priorização no pagamento das áreas e suas benfeitorias.
- Avaliar e implantar, se couber juridicamente, modalidade de regularização fundiária de imóveis de pessoas da terceira idade, cuja autodeclaração indique interesse em permanecer no PNI, sendo que na compra do imóvel deve ser observado o que se segue:
 - a) Firmar contrato na indenização cabível, acordando valores de abatimento no preço da indenização para os casos em que seria dada autorização de permanência no PNI até o final da vida dos titulares do imóvel, não podendo ultrapassar o prazo de cinqüenta anos.
 - b) Estabelecer faixas de tempo de permanência por década estimada de tempo de vida.
 - c) Criar tabela de referência com valores de abatimento por década estimada de permanência, quanto maior a expectativa de permanência, maior o abatimento, sendo que o abatimento equivaleria a um pagamento pela permanência no Parque, na figura similar a de um locatário.
 - d) Esta modalidade criará uma atmosfera de segurança para ambos os lados, especialmente para aqueles que realmente desejam permanecer no Parque, durante o seu tempo de vida, eliminando a possível permanência de herdeiros e agregados.
 - e) Esta modalidade resolveria os casos de pessoas idosas que não têm interesse em sair do Parque, mas que antecipariam a solução de espólios futuros, muitos dos quais se tornam situações praticamente insolúveis para o setor público.
 - f) Ainda, a presente modalidade asseguraria e garantiria aos cofres públicos o recolhimento adequado de impostos neste tipo de transação comercial.
 - g) O contrato garantirá a imediata imissão de posse do imóvel ao ICMBio após a sua desocupação pelos idosos, sem caber direito algum dos herdeiros, nem mesmo questionamento jurídico.
 - h) O contrato preverá a possibilidade da desocupação antecipada voluntária do imóvel, sem que caiba direito algum aos seus donos e possíveis herdeiros pela entrega antecipada do imóvel.
 - i) O contrato não exclui a obediência às normas do Parque e às normas de convivência.
- A ONG que fará parte do GI-PNI deverá desenvolver um projeto de captação de recursos exclusivamente para apoiar o ICMBio na regularização fundiária da Parte Baixa do PNI, sendo que, havendo sucesso nesta iniciativa, os esforços poderão ser estendidos para as demais áreas do Parque.
- Iniciar, imediatamente, a regularização fundiária da Parte Baixa do PNI, priorizando as seguintes situações:
 - a) Terreno, junto ao Portão Principal – Posto 1 -, para construção da infra-estrutura de entrada, recepção, triagem e atividades de uso público, entre outras, nesta portaria.
 - b) Terreno com área construída, próxima à Ponte do Maromba, com condições para abrigar a estação final e manobra de retorno do transporte único; o restaurante e a lanchonete; os sanitários públicos; espaço para venda de artesanato e outros produtos de apoio à visitação; espaço para pequenos nichos de descanso e lanches; espaço para depósito das instalações e atividades de apoio aos serviços, entre outros;

- c) Propriedades com autodeclaração de interesse na desapropriação que contenham:
 - i. trilhas e cachoeiras para implantação das atividades de visitação;
 - ii. indicações para a implantação das trilhas suspensa e a de observação de aves;
 - iii. o Mirante Último Adeus;
 - iv. trechos junto ou próximos ao rio Campo Belo, para instalação de áreas de acampamento e hospedagem de baixo custo;
 - v. trechos das margens do rio Campo Belo, os quais permitam instalações de embarque e desembarque das diversas atividades de canoagem para a visitação;
 - vi. edificação adequada para implantação de uma biblioteca pública do PNI;
 - vii. área construída para o UNIBio e suas instalações;
 - viii. áreas construídas para hospedagem de autoridades, professores visitantes do UNIBio, convidados e casos semelhantes;
 - ix. áreas construídas, de melhor qualidade, para hospedagem de doadores – reais e potenciais;
 - x. áreas com documentação completa para a regularização.
- d) Por último, atendidas as situações acima, mais urgentes, aquelas sem ocupação e com ambientes mais bem conservados;
- e) Utilizar a conversão de multas, o estabelecimento de reserva legal, a exigência de projeto de recuperação de áreas degradadas (PRAD) e a previsão de termo de ajustamento de conduta (TAC) como troca na compra de áreas dentro do PNI e na amortização de indenizações do próprio titular dos casos citados.
- f) Estabelecer termo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Itatiaia (PMI) objetivando regularizar, essencialmente, a captação de água e a questão de cobrança de IPTU de áreas dentro do PNI, as quais são rurais, bem como os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e circulação de transporte urbano em parte do Parque.
- g) Formalizar acordo com o Exército, por meio do Centro de Reabilitação de Itatiaia (CRI) para regularizar sua captação de água dentro do PNI e controlar a liberação de resíduos e efluentes hospitalares no entorno.
- Adotar medidas para regularizar a exploração de dois dos serviços de hospedagem dos cinco existentes no PNI, no seguinte contexto:
 - a) Iniciar, imediatamente, a cobrança de taxa nas condições determinadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) destes e de todos os demais hotéis do PNI, bem como dos outros comércios em funcionamento;
 - b) Celebrar contrato para o funcionamento dos dois hotéis, por meio da modalidade jurídica indicada para o caso;
 - c) Estabelecer cláusulas no contrato de maneira que, à medida que os serviços são explorados, a taxa a ser recolhida para o ICMBio seja revertida no abatimento do custo de indenização destes terrenos e suas benfeitorias até o momento em que eles venham a constituir patrimônio do PNI. Ou seja, o custo desta autorização vai amortizar o custo da indenização, sem que o ICMBio tenha que desembolsar qualquer recurso;
 - d) Concluído este pagamento, no futuro, tais hotéis poderão ser terceirizados, mas como patrimônio do PNI;
 - e) O prazo de amortização dos hotéis não poderá ultrapassar o prazo do programa de desocupação progressiva, findo o qual, o ICMBio terá que quitar o patrimônio.
- Buscar, no que couber, apoio e participação do Ministério Público Federal (MPF), para fortalecer os instrumentos acordados.
- Os demais hotéis serão aproveitados como infra-estrutura do PNI, conforme descrito mais adiante.

3.2.2 – NORMAS DE CONVIVÊNCIA COM EMPREENDEDORES (HOTÉIS, POUSADAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS) E OCUPANTES EM GERAL

- Elaborar, até que a regularização fundiária ocorra, as normas de convivência com os ocupantes, atendendo o que se segue, sem prejuízo das normas já existentes e novas que poderão advir das discussões e necessidades:

- a) O acordo será feito em reuniões de construção entre o PNI e os moradores.
- b) Manter os procedimentos vigentes relativos às reformas das edificações, bem como o trânsito de materiais de construção dentro do Parque, sem autorização, os quais incluem: comprovação da propriedade da área, laudo de vistoria do PNI, lista de material de construção a ser utilizado, especificações técnicas da reforma, entre outros.
- c) Respeitar, na elaboração das normas, a proibição legal de ampliações das edificações e as novas construções.
- d) Atendimento às normas de acesso, identificação e circulação (moradores, prestadores de serviço e visitantes sociais) no interior do PNI, conforme será discutido entre as partes e a ser atualizado pelas normas de convivência.
- e) Exigir que todos os ocupantes, incluindo os servidores moradores do PNI façam a adaptação do sistema de esgotamento sanitário.
- f) Exigir que a captação de água para todas as edificações na Parte Baixa do PNI sigam as determinações da legislação vigente e parâmetros de menor impacto ambiental a serem indicados pelo PNI.
- g) Separem e façam acondicionamento de todos os resíduos sólidos (lixo) e a destinação adequada de outros resíduos, como o óleo de cozinha, por exemplo, bem como retirem do seu terreno, depositando-os nos contêineres do Portão 1.
- h) Estabelecer, no acordo de convivência, dispositivos para a retirada gradativa de animais domésticos das áreas ocupadas, com assessoria veterinária habilitada, bem como a proibição da entrada de novos animais no PNI.
- i) Estabelecer, no acordo de convivência, dispositivos para a substituição de plantas exóticas e invasoras do ajardinamento e das propriedades como um todo, bem como da retirada em alguns casos e a proibição da entrada e uso de novas nas atividades dos ocupantes.
- j) Tratar, no acordo de convivência, da prática de colocação de bebedouros para aves, bem como da ceva de animais silvestres por moradores.
- k) Abordar, no acordo de convivência, todas as formas e motivações de barramentos e desvios de cursos d'água, assim como outras formas de construção de lagos artificiais.
- l) Os pomares, as hortas e o uso de insumos e produtos químicos constituirão casos a serem discutidos no acordo de convivência.
- m) Abordar, no acordo, a existência da geração de energia por meios hidráulicos e uso de grupo-gerador a combustíveis fósseis por alguns ocupantes.

3.2.3 – APROVEITAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

- O patrimônio edificado na Parte Baixa do PNI é grande, mas mais importantes são as medidas para a proteção da biodiversidade e o destino a ser dado ao que pode e é possível ser aproveitado.
- As edificações que não tiverem aproveitamento indicado terão que ser demolidas à medida que for feita a regularização fundiária.
- A demolição se justifica, pois é importante facilitar a recuperação da vegetação e da fauna da Mata Atlântica, a melhoria na drenagem e a eliminação de estruturas sem finalidade que poluem o ambiente, mesmo visualmente.
- O aproveitamento das edificações dos imóveis a serem indenizados e do patrimônio do PNI está indicado nas várias ações e atividades descritas na presente monitoria.
- Exigir a demolição imediata das benfeitorias que se encontram em área de preservação permanente (APP), independentemente de regularização fundiária, conforme exigência do MPF.
- Adotar procedimentos institucionais para a demolição das edificações já patrimoniadas e do que será adquirido.
- Demolir, imediatamente, as edificações do PNI que estejam desocupadas, possuam algum problema construtivo e que não tenham qualidade e as quais não tiveram destinação para aproveitamento na presente monitoria.

- Outras edificações do PNI, à medida da sua desocupação e que não tiverem destinação, também serão demolidas.
- Providenciar solução jurídica para obtenção de autorização para demolição de edificações e outras benfeitorias abandonadas no meio da vegetação e cujos responsáveis não têm destino conhecido, de modo a favorecer recuperação do ambiente.
- Necessidades futuras do PNI, indicadas na revisão do seu PM, a ser iniciada em breve, serão atendidas no conjunto do patrimônio indenizado, dentre as de melhor qualidade.
- Retirar todos os restos das estruturas demolidas e de outros resíduos sólidos inservíveis do PNI e depositá-los em local adequado.

3.2.4 – TRANSPORTE ÚNICO

- Elaborar e implantar projeto de transporte único no PNI.
- Será o único meio de circulação de visitantes dentro do PNI, exceto bicicletas e visitantes a pé.
- Moradores, funcionários do PNI e pesquisadores, assim como veículos credenciados para serviços, terão seu acesso assegurado, mediante controle do Parque.
- O projeto do transporte único definirá as estações de paradas; tamanho, modelo e cor do ônibus; quantidade de visitantes transportados; taxa única para vários embarques e desembarques; tempo de saída de cada um; tempo de parada em cada estação; rota completa; isenções; previsão para transporte de bicicleta e materiais de acampamento dos visitantes; sistema de informações e interpretação no interior do ônibus, entre outros.
- O projeto deve levar em conta as paradas já indicadas aqui na monitoria.
- Avaliar possibilidade do transporte único ser com veículos elétricos ou híbridos, para menor impacto negativo no Parque, considerando as condições topográficas, por exemplo.

3.2.5 – ANÁLISE DA QUALIDADE DE ÁGUA

- Viabilizar junto a Votorantim o projeto de monitoramento da qualidade das águas na Parte Baixa e bacia do rio Campo Belo, conforme entendimentos em andamento.
- Avaliar outras possibilidades de parcerias, de modo a evitar a interrupção do serviço.

3.2.6 – FOLHETO INFORMATIVO

- Elaborar projeto, atualizar e publicar um folheto informativo do PNI, contendo todas as informações de serviços administrativos e de visitação, contemplando:
 - a) Informações do PNI como um todo e não somente de sua Parte Baixa;
 - b) Horários de funcionamento e de serviços, formas e endereços de contato e regras principais relativas à visitação;
 - c) Portões de entrada e instalações principais, como a sede, o centro de visitantes (CV), estacionamentos e outros;
 - d) Atrativos principais, como cachoeiras, mirantes, trilhas, acampamentos e demais meios de hospedagem, restaurantes, lanchonetes, lojas de artesanatos e outros produtos da visitação, entre outros;
 - e) Principais serviços como transporte único, reservas, montagem de cesta de atividades, guiagem, alimentação, entre outros;
 - f) Riscos inerentes à natureza, como chuvas bruscas, cabeça d'água, frio excessivo, insolação etc.
 - g) Principais serviços públicos básicos disponíveis no entorno mais próximo.
- O folheto será colorido e em duas línguas.
- O folheto será ilustrado com mapa artístico com localização das áreas e serviços.

3.2.7 – PASSEIO DE BICICLETA

- Criar e implantar atividade de circulação de bicicleta na estrada principal da Parte Baixa.
- Demarcar na estrada faixa para circulação das bicicletas.
- As bicicletas têm prioridade na estrada, em relação ao transporte único e outros veículos.
- Permitir o acesso de visitantes com sua bicicleta própria.
- As bicicletas poderão ser alugadas no Portão de Entrada, no CV e em estações de parada do transporte único.

- As bicicletas poderão ser carregadas no transporte único e devolvidas nos mesmos locais de aluguel.
- Instalar vagas e locais para colocação das bicicletas nos diversos atrativos do PNI.
- Exigir uso de equipamentos de segurança para todos os ciclistas, os quais poderão ser próprios ou alugados do mesmo concessionário das bicicletas.

3.2.8 – SERVIÇO DE PREPARO DE CESTA DE ATIVIDADES DA VISITAÇÃO

- Oferecer aos visitantes o serviço de montagem de pacotes de visitação, o qual oferecerá as diversas combinações de atividades da visitação, de acordo com a expectativa dos visitantes.
- A montagem deve levar em conta as informações que os visitantes forneçam como elementos para a programação da sua estada no PNI (tempo de permanência, preparo físico, tamanho do grupo, poder aquisitivo etc.), de modo a enriquecer a experiência.
- O profissional que fará a montagem das cestas deverá que ter preparo e sensibilidade para trato com o público nos mesmos moldes em que são feitos os pacotes de turismo em agências de viagem.

3.2.9 – MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DE EFLUENTES

- Desenvolver um programa de manejo de resíduos sólidos e de efluentes para o PNI.
- Implantar contêineres para deposição de resíduos sólidos na área do Portão de Entrada, os quais deverão estar de acordo com a separação consagrada nacional e internacionalmente.
- Os caminhões da PMI removerão os resíduos sólidos a partir do Portão de Entrada e sua entrada no Parque não mais será permitida a partir da implantação deste sistema.
- Desenvolver modelo e espalhar lixeiras nas diversas áreas do PNI, as quais deverão ficar abrigadas contra acesso de animais.
- O PNI recolherá os resíduos das lixeiras e os depositarão nos contêineres do Portão de Entrada.
- Os moradores, inclusive funcionários, terão que depositar os resíduos sólidos gerados nas suas ocupações também nos contêineres.
- Todos os empreendedores de hotéis, pousadas e comércio terão que dispor de contêineres próprios, que também ficarão no Portão de Entrada, adotando uma periodicidade maior na retirada e de deposição dos resíduos para os contêineres.
- Os empreendedores citados serão responsáveis pelo transporte dos resíduos gerados nas suas instalações para o local correto de deposição, conforme citado acima.
- O biodigestor em desenvolvimento pela Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do CC do PNI, junto com o Parque, será instalado no complexo do Portão de Entrada, onde serão desenvolvidas as atividades correlatas de sensibilização, educação e interpretação ambiental relacionados a este tema.
- Elaborar plano de emergência para que o PNI providencie a remoção dos resíduos sólidos dos contêineres no caso de imprevistos que impeçam a PMI não possa fazê-lo e o deposite em local apropriado.
- Exigir o mesmo plano de emergência dos empreendedores do PNI (hotéis, pousadas e comércio).
- Desenvolver campanha de esclarecimento e capacitação de moradores e empreendedores, bem como de funcionários, para que se habilitem a fazer a separação, o acondicionamento e a remoção dos resíduos sólidos até os contêineres.
- Rever o sistema de esgotos das instalações do PNI e substituí-lo por sistema mais ecologicamente correto, do tipo Sanetec, incluindo as ocupações funcionais.
- Iniciar pelos casos de maior gravidade, a exemplo do Abrigo 3 e a Casa do Pesquisador.
- Estabelecer um cronograma de adaptação junto com os moradores, definindo os prazos de execução em conjunto, de preferência no acordo de convivência.
- Se houver demora na celebração do acordo de convivência, iniciar de forma independente, a adaptação do sistema de esgoto.

3.2.10 – PROJETO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E DE PROGRAMAÇÃO VISUAL DE SINALIZAÇÃO EXISTENTE

- Implantar a sinalização indicativa, de advertência e similar constante do Projeto.

- Implantar o que o projeto propõe de interpretação e educação/sensibilização ambiental, inclusive de painéis e outros meios.

3.2.11 – CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DAS NOVAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO

- Desenvolver campanha para divulgar as atividades de visitação do PNI, tanto as já existentes e atualizadas como aqui indicado e as novas previstas nesta monitoria, tão logo a Parte Baixa do Parque esteja minimamente reorganizada.
- Iniciar a divulgação pelo *site* do PNI, já existente e em funcionamento.
- Levantar recursos para implantar esta atividade.

3.2.12 – MANEJO DO IMPACTO DA VISITAÇÃO

- Elaborar e implantar projeto de manejo do impacto da visitação e adotá-lo para todas as atividades e áreas de visitação.
- O projeto indicará qual metodologia será adotada, sugerindo-se duas delas, o Manejo do Impacto da Visitação (VIM) ou Limite Aceitável de Câmbio (LAC).
- O projeto indicará os números iniciais de visitantes que desenvolvem cada atividade e presentes em cada área de visitação, ao longo do tempo, os quais serão ajustados nas avaliações periódicas, conforme indicado pela metodologia.
- A periodicidade de verificação dos indicadores de monitoramento (ou verificadores) será indicada pelo projeto e pela metodologia adotada.
- O monitoramento incluirá indicadores biofísicos, sociais e de gestão.
- Os concessionários serão obrigados a aplicar os indicadores periodicamente, cujos relatórios com os resultados serão supervisionados e aprovados pelo Parque.

3.2.13 – LEILÃO FESTIVO

- Elaborar projeto, organização e realizar um leilão festivo, objetivando a captação de recursos para a implementação de atividades desta monitoria, a partir da venda do patrimônio mobiliário antigo, de valor histórico, existente em um depósito do PNI.
- O leilão será conduzido pela ONG do GI-PNI.
- O leilão ocorrerá dentro de um espírito festivo, no escopo de um evento com convidados-chave e sociedade em geral.
- Fazer divulgação ampla e adequada do leilão, com toda a assessoria profissional de leiloeiros, devendo ser realizado nas dependências do Parque e mostrado claramente o seu objetivo de captar recursos para a implantação das ações monitoria.
- As principais peças para o leilão serão aproveitadas dos móveis de madeiras nobres e que retratam períodos e estilos históricos, pois fazem parte dos longos anos de atuação do setor público na existência do Parque, mas que não são mais usados, já que não podem ser recuperados pelo custo que representa, não cabendo nas políticas institucionais de mobiliar os espaços de trabalho.
- O valor do material foi, preliminar e informalmente, discutida entre técnicos do PNI e alguns pesquisadores do Museu Nacional e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os quais demonstraram haver interesse em parte do material, mas que não dispõem de recursos para a transferência de algumas peças para outros locais.
- Adotar todas as providências jurídicas e junto ao setor de patrimônio do ICMBio, para viabilização do leilão.
- Proceder à avaliação do material antigo por antiquário e por leiloeiro especializados para verificar o custo-benefício do leilão.
- Doar o material à ONG com assento no GI-PNI, a qual ficará com o compromisso de destinar o material todo para o leilão festivo com o objetivo acima apontado.
- O transporte de peças arrematadas em leilão, sabe-se, é ônus do comprador.
- Avaliar o envolvimento de funcionários do Parque, que já possuam capacidade, para restaurar parte do material, as quais alcançariam maior valor no leilão.
- Convidar alguns artesãos conhecidos para ajudar na restauração de parte do material, cujo trabalho de restauração seria doado à iniciativa e tal informação deveria constar da peça, agregando-lhe valor.

- Avaliar, ainda, diversos outros materiais do PNI, menos nobres, que poderão ser leiloados, como carros e maquinário antigos e sem funcionamento e outros materiais considerados sucata, os quais também devem ser leiloados no mesmo evento, com menos destaque, mas para ter destinação mais rápida e gerar recursos para a implantação do PNI.
- O leilão festivo, acredita-se, seria solução para várias questões do PNI, como:
 - a) O mobiliário antigo encontra-se depositado em uma das edificações do Parque, pois foi, ao longo dos anos, praticamente todo substituído por móveis atuais nas dependências administrativas.
 - b) O material vem sendo paulatinamente depreciado e perdido pela ação do tempo e pela elevada umidade local e da edificação.
 - c) Este tipo de patrimônio geralmente é descartado das instituições públicas por leilão comum, mas o que se propõe aqui é um leilão diferenciado para divulgação dos trabalhos, captação e sensibilização da sociedade quanto a um destino mais nobre e ecológica e politicamente correto do material.

3.2.14 – COMPLEXO DO PORTÃO DE ENTRADA

- Instalar, imediatamente, um painel informativo, em formato de *banner*, contendo as opções de uso público e suas normas, horários de visitação e normas gerais mais importantes, conforme indicado no PUP.
- O painel informativo acima será instalado mesmo antes da construção do novo portão.
- Fazer sinalização imediata dos sanitários já existentes no Posto até que as novas instalações estejam prontas.
- Desenvolver, atualizando, uma nova maneira de identificar moradores e funcionários do PNI, bem como pessoal autorizado, como será o caso dos concessionários e seu pessoal.
- Elaborar e implantar projeto arquitetônico do novo Complexo do Portão de Entrada (Pranchas 2 e 3), com as principais especificações aqui indicadas.
- O Complexo do novo portão contará com grande estacionamento (para veículos e bicicletas), parada final do transporte público (da Prefeitura de Itatiaia), sanitários públicos, áreas descanso, sistema eletrônico de controle de entrada e saída de visitantes, moradores e funcionários; sistema eletrônico para venda/recebimento do ingresso, bilheterias para pagamento de ingressos e outros serviços do PNI, atendimento de reservas e suas confirmações das atividades; restaurante e lanchonete; loja de souvenir e outros produtos para a visitação; espaço para reservas e confirmações de atividades e serviços; espaço para o atendimento da cesta de atividades de visitação; nichos cobertos com áreas de descanso, lanche e piquenique ao ar livre; espaço para a terceirização do aluguel de bicicleta; serviço de recepção, triagem e orientação dos visitantes; espaço para colocação de painéis informativos com destaque para as principais atividades de visitação da Parte Baixa e do PNI, como um todo, espaço para concessionários diversos etc.
- Adquirir, prioritariamente, o terreno junto ao Posto, para construir o estacionamento e as demais instalações indicadas acima.

3.2.15 – VIAS DE CIRCULAÇÃO INTERNA

- Rever comprimento e largura da estrada interna principal do PNI, levando em conta o trajeto que o transporte único fará.
- Isolar acessos que sejam de uso exclusivo da administração e dos funcionários do PNI, bem como dos concessionários e estabelecer sistema de controle de circulação e entrada nestes locais.
- Elaborar e implantar projeto de melhoria da estrada interna principal, considerando, especialmente, uma pavimentação mais ecologicamente correta; a diminuição da impermeabilização do solo; a diminuição da liberação de produtos tóxicos nos solos e cursos d'água; a melhoria da drenagem; a segurança no tráfego nos aclives e declives; os processos erosivos e de desmoronamento; a definição de espaço para ultrapassagem; os pontos de parada do transporte único; defensas; redutores de velocidade e lombadas em pontos-chave, entre outros.
- As melhorias serão feitas também nas estradas secundárias de acesso aos atrativos, às trilhas, aos meios de hospedagem e outras áreas de visitação.

- Selecionar melhores pontos para colocação de sinalização (indicativa, educativa e interpretativa).

3.2.16 – COMPLEXO DE VISITAÇÃO ALDEIA DOS PÁSSAROS

- Adquirir e implantar área de visitação no local denominado Aldeia dos Pássaros.
- Elaborar projeto e avaliar a viabilidade técnica para implantação de toda a área de visitação, para decidir quais construções serão aproveitadas, quais serão demolidas, que espaços poderão ser aproveitados nas atividades (Prancha 4).
- O projeto deverá levar em conta o que se encontra em APP, para demolição.
- O complexo contará com acampamentos e suas instalações; estacionamento para bicicletas; chalés para aluguel; restaurante e lanchonete; sanitários públicos; tirolesa; arvorismo; trilha de acesso às áreas de escalada da parede do Último Adeus; espaço para concessionários; central das atividades de canoagem no rio Campo Belo (embarque e desembarque, local para guarda de material e equipamentos, área de manutenção e outros); nichos cobertos para descanso, lanche e piquenique.
- Os locais para colocação das barracas serão fixos e demarcados.
- Avaliar percurso e concluir implantação da trilha de acesso à área da parede de escalada do Último Adeus, partindo do Complexo da Aldeia dos Pássaros.
- A trilha para a área de escalada somente será usada pelos visitantes que desenvolverão esta atividade.
- Manter o conjunto de chalés existentes, os quais não poderão ser ampliados e nem novos serem construídos.
- Fazer avaliação de todo o conjunto construtivo existente no local e, dentro do possível, aproveitar aquelas apropriadas para instalações de serviços, como as moradias, o restaurante, as estruturas de recepção, os sanitários etc.
- Construir e implantar parada do transporte único junto à entrada da área da Aldeia dos Pássaros.

3.2.17 – CANOAGEM NO RIO CAMPO BELO

- Elaborar projeto de avaliação da viabilidade técnica para implantar atividades diversas de canoagem no rio Campo Belo, especialmente no trecho a jusante da área de visitação denominada Lago Azul (áreas dos quiosques e da Casa 13) até o local denominado Aldeia dos Pássaros.
- As modalidades de canoagem incluirão opções de trechos com corredeiras e trechos calmos.
- Avaliar modalidades possíveis como: passeio em pequenas embarcações a remo, como pequenas canoas, botes infláveis (*raft*), caiaques, bóias (para bóia-cross e *floating*) e similares, as quais estarão condicionadas pelo regime de vazão do rio.
- As embarcações podem ser individuais ou para até dez pessoas, incluindo neste número um ou dois guias nas opções de grupo (*rafting*).
- Definir locais e implantar o acesso e as estruturas de embarque e desembarque.
- Verificada a viabilidade técnica, preferencialmente, as atividades, áreas de embarque e desembarque e áreas das terceirizações devem estar concentradas na área do Lago Azul, próximo aos quiosques, e na Aldeia dos Pássaros.
- No Lago Azul, o concessionário poderá usar a área da edificação denominada Casa 13 para manobras e guarda de materiais.
- Adaptar a edificação dos sanitários (junto aos quiosques) e reformá-la para o atendimento ao visitante, nas atividades de instruções e preparo antes do embarque.
- O acesso dos visitantes à área do Lago Azul será somente pela Trilha, sem passar pelo complexo administrativo, sendo permitida a circulação aí apenas dos terceirizados e carros de serviço e autorizados, bem como situações de emergência.
- As atividades poderão incluir observação embarcada de fauna e de flora das margens do rio e aquáticas em horários especiais.
- As embarcações e os equipamentos de segurança serão fornecidos, obrigatoriamente, pelo operador da atividade.

Parque Nacional do Itatiaia

prancha 2 - portão de entrada - parte baixa



Parque Nacional do Itatiaia prancha 3- complexo do portão de entrada - parte baixa



- Para o desenvolvimento das atividades será exigido o uso de equipamentos básicos de segurança, fornecidos pelo operador da atividade, sendo facultado ao visitante o uso de próprios.

3.2.18 – ARVORISMO E TIROLESA

- Elaborar projeto de viabilidade técnica e implantar atividade de arvorismo na área da Lanchonete da Mata (Lago Azul) e de arvorismo e tirolesa na Aldeia dos Pássaros.
- Instalar o arvorismo no Lago Azul, associando as instalações às árvores existentes.
- Instalar o arvorismo na Aldeia dos Pássaros em um cenário misto, ou seja, aproveitando-se a estrutura da mata e usando estruturas artificiais no solo.
- Se possível, associar ao arvorismo as estruturas de tirolesa, mas somente na Aldeia dos Pássaros.
- Se possível, a tirolesa poderá ser operada aproveitando-se o leito do rio Campo Belo.
- Adotar todas as medidas de segurança para operar as atividades.

3.2.19 – MIRANTE DO ÚLTIMO ADEUS

- Elaborar projeto e implantar reforma em toda a estrutura do mirante, renovando piso, guarda-corpo, corrimão, escada e acesso, entre outros.
- Verificar a viabilidade e implantar uma ampliação da estrutura do mirante, podendo ser construída estrutura em balanço para aumentar o espaço.
- Implantar estação de parada do transporte único junto ao Mirante.
- O projeto específico do transporte único deverá avaliar e escolher o melhor local de parada.
- A parada dos visitantes ocorrerá somente na descida, na sua saída do PNI, de modo que facilite o desembarque e a ocupação do espaço do mirante, onde há local apropriado para tal.
- Desativar a área que funciona como estacionamento junto ao mirante.
- Implantar no mirante um painel interpretativo abordando aspectos do Parque e seu entorno, como formações montanhosas, com o nomes das principais elevações que podem ser visualizadas do Mirante, o rio Campo Belo e suas cheias repentinas, o fenômeno da cabeça-d'água, interpretação do nome do mirante, vale do rio Paraíba do Sul, entre outros.
- Verificar a viabilidade e instalar luneta giratória no mirante para observação de aspectos mais distantes, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina e relevo do entorno.
- Sinalizar, junto ao mirante, a existência de sanitários públicos no Portão de Entrada.
- Sinalizar, junto ao mirante, a proibição da prática de rapel pelo mirante e informando que o acesso à parede de escalada é pela Aldeia dos Pássaros.

3.2.20 – ESCALADA NA PAREDE DO ÚLTIMO ADEUS

- Avaliar e concluir, no que couber, a implantação da atividade de escalada na parede do Último Adeus.
- O acesso à parede somente poderá ocorrer pela área do Complexo de Visitação Aldeia dos Pássaros.
- Adotar medidas de segurança já consagradas para a atividade e já praticadas pelo PNI.

3.2.21 – PEDRA DE FUNDAÇÃO

- Elaborar projeto e implantar área de visitação junto à Pedra de Fundação (Prancha 5).
- Local deve ser bem revitalizado, com paisagismo e acessos pavimentados e ter painel interpretativo sobre os fatos que envolvem a construção da pedra e seu lançamento pelo então Presidente do Brasil, bem como a placa comemorativa dos 70 anos do Parque.
- Implantar pequena praça para descanso no patamar inferior da pequena encosta do local, onde se encontra a Pedra de Fundação, com painel interpretativo da história de criação do Parque e bancos para descanso e espera do transporte único.
- Implantar estação de parada do transporte único no local, a qual será denominada Estação da Pedra de Fundação.
- A praça será integrada à estação.
- Implantar isolamento físico da trilha que se encontra dentro da mata, depois da pedra e da placa, de modo a evitar que o visitante queira percorrê-la.

Parque Nacional do Itatiaia

prancha 4 - visualização da entrada das áreas de visitação - parte 1



3.2.22 – CENTRO DE VISITANTES

- Ordenar os espaços internos do CV, para instalar a sua recepção, que ficará no espaço originalmente destinado à lojinha e em parte destinada ao funcionamento do café, o qual será reduzido.
- A recepção deve conter mapas do PNI, folheteria, todo tipo de informação para os visitantes, sistema de reserva de atividades de visitação, pagamento de serviços da visitação, programação do CV, orientação para visita à exposição, calendário de eventos e outros.
- Manter o espaço para o funcionamento de um café na entrada do CV, junto à sua recepção, no local onde foram construídos balcões, bancadas, pia, depósito e sanitário, conforme detalhamento abaixo.
- Destinar espaço para a instalação de uma livraria especializada no CV, no local destinado à biblioteca, para na venda de livros, livretos, manuais, guias e mídias, especialmente com informação do PNI, bem como de outras UC, de meio ambiente em geral e de cultura.
- A livraria deve prevê espaço para lançamentos de livros, outras publicações e produtos acerca do PNI, outras UC, de meio ambiente e de cultura.
- Instalar isolamento físico entre o espaço da futura livraria e a área administrativa do CV.
- Adaptar a sala existente no último andar (mirante / terraço) como espaço para reuniões, pequenos seminários, apresentações diversas, aulas e similares.
- Inserir na maquete as novas opções de uso público indicadas na presente monitoria, após sua implantação.
- Melhorar visualização dos limites do PNI na maquete, pois estão muito discretos.
- Destinar outros espaços para instalação de lojinhas, nos complexos da entrada do Parque e de visitação Aldeia dos Pássaros e Solar Azul, para venda de suvenires e materiais diversos de apoio à visitação (pilhas, baterias, protetor solar, capa de chuva, medicamentos simples e autorizados pela ANVISA etc.).
- Recuperar os antigos bancos existentes no mobiliário histórico do PNI e recolocá-los nas varandas do térreo do CV.
- Fechar e isolar o acesso ao estacionamento junto do CV e instalar no local pequenos nichos cobertos para descanso, abrigo de sol e chuva e lanches, para uso pelos visitantes.
- Sinalizar área externa do CV, mostrando o acesso à sua área principal e a existência de nichos.
- Implantar estação de embarque e desembarque do transporte único próximo ao CV, denominada Estação.
- Implantar painel informativo ao ar livre, na área externa do CV, em local que anteceda o uso dos serviços para o visitante, logo depois que ele desça do transporte único ou do seu veículo até que o transporte seja implantado.
- O painel informativo conterá um mapa mostrando todas as áreas de visitação, bem como informação das facilidades, normas da UC, preço de serviços e sistema de reserva, formas de contato (fones, *e-mail*, *home page* etc.), horários das atividades, sugestões para conduta e segurança, entre outras informações que constam do folheto informativo a ser publicado.
- Buscar assessoria técnica para avaliar a possibilidade de transferência do relógio de sol, existente junto à administração, e transferi-lo para a área externa do CV, tornando-o de fácil acesso pelos visitantes.
- O logotipo do PNI deve constar em todos os produtos e materiais possíveis, os quais serão comercializados no interior do PNI, inclusive nas embalagens.
- Solicitar a instalação de telefone público na área externa do CV, mais próximo da recepção.
- Fazer manutenção periódica de toda a edificação do CV, especialmente, o telhado, as canaletas de escoamento de água para diminuir os problemas de infiltração, o sistema hidráulico e o sistema elétrico.
- Contemplar nas terceirizações a possibilidade de aportar pessoal para os serviços de atendimento ao visitante no CV.

3.2.23 – CAFÉ DO CENTRO DE VISITANTES

- Providenciar meios para a implantação de uma loja de café no espaço interno do CV, no local já reformado para tal, o qual será reduzido, restringindo-o às proximidades dos balcões.
- Instalar pequenas mesas junto aos balcões para atendimento rápido do visitante.

Parque Nacional do Itatiaia

prancha 5 - visualização das áreas de visitação - parte2



- Não serão oferecidas cadeiras no atendimento do café.
- O café do CV comercializará diversos tipos de café, alimentos prontos e semiprontos, que não exijam processamento no local, assim como água, refrigerantes e sucos prontos.
- É proibida a comercialização de bebidas alcoólicas no café.
- Evitar, ao máximo, acumular resíduos orgânicos nas dependências do café.
- As frituras estão expressamente proibidas no café, bem como cozimentos e assados.
- O preparo de alimentos será restrito ao aquecimento de alimentos e ao preparo de diversos tipos de café.
- O PNI compromete-se a oferecer um local, fora do CV, para depósito de mais materiais da loja de café, já que o espaço no CV é pequeno.
- É permitida a colocação de pequenas mesas e cadeiras no espaço do jardim existente na entrada principal do CV.
- Será facultado ao visitante comprar o lanche no café e consumi-lo nos nichos de descanso a serem implantados na atual área do estacionamento.
- Poderão ser colocadas pequenas mesas e cadeiras no hall de entrada da livraria a ser instalada no CV, para serviços do café, onde os visitantes poderão manusear produtos da livraria, como consultas rápidas às publicações.
- O café funcionará somente nos horários e dias em que o CV estará aberto para atendimento ao visitante.

3.2.24 – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BIODIVERSIDADE E GASTRONOMIA (UNIBio)

- Será um centro acadêmico, universitário, com cursos reconhecidos pelo MEC, em âmbito de mestrado e doutorado, senso restrito, e diversos outros cursos de pós-graduação, senso amplo.
- O UNIBio tratará de pesquisa e ensino universitários relativos à biodiversidade do SNUC e o desenvolvimento de uma gastronomia experimental advinda de produtos e subprodutos da biodiversidade brasileira.
- O UNIBio terá natureza jurídica própria e será uma instituição autônoma e independente do PNI, mas vinculada ao ICMBio.
- O UNIBio desenvolverá estudos para oferecimento, em um futuro próximo, de curso de formação dos analistas, de maneira a contribuir para a definição da sua carreira ambiental e de administrador público no ICMBio, ambos de grau superior, levando em conta características como as abaixo sinalizadas:
- A formação do analista será dividida em dois principais pilares: o ambiental e o de administrador público ambiental.
- A separação das duas carreiras de atuação será a partir do concurso público.
- A admissão no concurso deverá oferecer o primeiro nível de atuação, mas para seguir carreira, os aprovados terão que passar pelo curso no UNIBio, que o habilitará para atuação plena.
- O curso no UNIBio intercalará períodos de atuação profissional nas UC do País e outros na Universidade, sendo que a titulação plena de analista ambiental e de analista administrativo será obtida a partir da obtenção do título acadêmico de formação.
- A formação dos analistas deve ser desenhada de modo parecido com o que ocorre em outros países para as UC ou mesmo como o que ocorre com a formação do diplomata e de profissionais da área fazendária, por exemplo.
- Desenvolver esforços, junto aos setores competentes do ICMBio, para adaptar a legislação que cria a carreira de analista ambiental, se for o caso, e para a sua regulamentação, estabelecendo níveis diferenciados de remuneração para cada etapa da formação e da atuação.
- O UNIBio poderá oferecer, ainda, cursos à distância (EAD), intercalados com módulos presenciais neste último caso.
- Os investimentos nas pesquisas deverão priorizar a geração de conhecimento que subsidie a proteção e o manejo das UC brasileiras.
- O UNIBio oferecerá cursos de capacitação diversos, em todos os formatos para todos os âmbitos do SNUC, de qualquer duração, inclusive de nível técnico, como guardas-parques,

fiscalização, auditoria ambiental, prevenção e combate a incêndios (brigadistas), administração pública etc.

- O UNIBio atenderá alunos dos três âmbitos governamentais brasileiros, podendo aceitar alunos estrangeiros também.
- Os diversos espaços do UNIBio poderão ser alugados para eventos de capacitação e treinamento de outras instituições, buscando a otimização do uso do espaço, mas desde que a natureza dos eventos seja compatível com a proteção ambiental, não sendo permitidos eventos de natureza político-partidária, religiosa e assemelhados.
- As taxas cobradas são para ajuda na manutenção da edificação e de outros gastos do UNIBio.
- Será constituído um fundo para a sustentabilidade da UNIBio, que captará recursos que permitam a sua existência e o seu funcionamento, independentemente dos recursos do ICMBio.
- Será constituída uma ONG vinculada ao UNIBio para a manutenção e administração do fundo de sustentabilidade da UNIBio.
- O PNI terá assento permanente no Conselho Administrativo da ONG vinculada ao UNIBio.
- O PNI terá poder de veto no Conselho Administrativo nos casos em que a atuação do UNIBio possa afetar o Parque.
- O UNIBio será estabelecido em um dos hotéis existentes no Parque, para aproveitar, ao máximo, a edificação, dentro do programa de aproveitamento das edificações indenizadas.
- As atividades do UNIBio, acadêmicas e de capacitação e treinamento, não poderão ocorrer em desacordo com as normas de funcionamento do PNI, estabelecidas no seu PM, no seu regimento interno e no Regulamento de Parques. Os casos omissos serão decididos cada um em seu tempo.
- O PNI será envolvido no desenvolvimento dos estatutos do UNIBio, do seu fundo de sustentabilidade e da ONG vinculada e todos serão compatíveis entre si, observando-se as normas vigentes para o PNI.
- A cozinha experimental da biodiversidade – a nova gastronomia ou a gastronomia da biodiversidade - desenvolverá pesquisa e criará temperos e pratos, bem como indicará novos alimentos, a partir da biodiversidade brasileira (de acordo com a legislação vigente), objetivando uma alimentação saudável e correta, para a oferta e criação de novos nichos diferenciados no mercado.
- O UNIBio contará com uma cozinha experimental para os trabalhos ligados à biodiversidade, cujos testes poderão ser oferecidos no refeitório de alunos, funcionários e professores.
- O refeitório do UNIBio poderá ser usado livremente por quaisquer pessoas.
- Poderá ser construído um restaurante ligado à cozinha experimental da biodiversidade, mais sofisticado, para atendimento diurno e noturno, onde as pessoas possam experimentar os pratos desenvolvidos e em desenvolvimento.
- O UNIBio poderá funcionar também com professores visitantes, os quais, juntamente com os alunos, ocuparão parte das edificações indenizadas.
- Buscar parcerias com instituições como a EMBRAPA, de modo a ampliar as pesquisas relacionadas, por exemplo, com a domesticação de espécies silvestres para alimentos, e com outras, como a Escola Nacional de Guardas-parques, da Argentina, a qual poderá contribuir nos aspectos da formação do pessoal das UC brasileiras.

3.2.25 – BIBLIOTECA PÚBLICA

- Avaliar a viabilidade e adquirir as instalações do Hotel Cabanas para instalação de uma biblioteca pública no PNI.
- A biblioteca atenderá os alunos e professores do UNIBio, alunos e professores universitários em geral e toda a população do entorno, assim como interessados em geral.
- Instalar serviço de sistemas de empréstimo de parte do acervo destinado a todos os tipos de usuários.
- A biblioteca atenderá ao funcionamento do UNIBio e deverá contar com acervo especializado para os cursos a serem oferecidos e em todos os âmbitos.
- Compartimentar a biblioteca, de acordo com a orientação técnica adequada, para todos os tipos de uso que serão instalados.

- Destinar espaço na biblioteca para estudos e trabalhos por estudantes e outros profissionais da região.
- A biblioteca será de responsabilidade do UNIBio e operada por pessoal habilitado profissionalmente para tal.
- Com o avanço do funcionamento da biblioteca, ela deverá se tornar no centro de documentação do PNI.
- Levantar procedimentos administrativos e jurídicos e efetivar doação das obras e coleções raras para bibliotecas mais bem estruturadas e com recursos para recuperação e manutenção deste acervo por
- Se viável juridicamente, as obras e coleções raras poderão ser trocadas por serviços prestados pelas instituições que as adquirirão, no preço equivalente.
- As instituições que receberem tais obras e coleções deverão doar, em contrapartida, a reprodução eletrônica do material e os meios necessários para sua consulta na biblioteca do PNI.
- Avaliar e aproveitar as cabanas existentes no Hotel nas atividades relacionadas ao funcionamento da biblioteca, tais como espaço para trabalhos em grupo, aulas práticas de escolas e universidades, pequenos seminários, atividades de educação ambiental, salas de debate e discussões de assuntos ambientais entre outras.

3.2.26 – LANCHONETE DA MATA

- A lanchonete da Mata é aquela próxima ao CV e definida no PUP como lanchonete Caminho do Lago Azul.
- Elaborar projeto e reformá-la, levando em conta a necessidade de uniformizar o seu piso externo e suas instalações, assim como melhorar aspectos da sua estética.
- Os custos da reforma da lanchonete poderão ser amortizados nos custos de repasse da terceirização.
- Melhorar o ajardinamento da área externa da lanchonete, utilizando espécies nativas e eliminando as espécies exóticas.
- O custo da adaptação do novo ajardinamento também poderá estar no contrato de terceirização.
- A lanchonete servirá lanches rápidos e alimentos prontos e semiprontos, como sanduíches e refeições rápidas, sucos prontos, refrigerantes e água.
- É proibida a comercialização de bebidas alcoólicas na lanchonete.
- A lanchonete funcionará nos dias e horários de visitação pública.

3.2.27 – TRILHA DO LAGO AZUL

- Elaborar projeto de recuperação e implementação de toda a trilha, considerando a necessidade de revisão dos degraus de pedra existentes, a instalação de novos e a pavimentação com pedras de trechos ainda em terra, cuidados com drenagem, colocação de sinalização e painéis (interpretativos, educativos e indicativos), distribuição de lixeiras em pontos estratégicos entre outras questões.
- As lixeiras seguirão modelo e padrão desenvolvido para o PNI e à prova de acesso para a fauna.
- Construir e implantar pequenos nichos cobertos para descanso, abrigo do sol e da chuva e lanche, próximo do local de banho e pequenos platôs na margem do rio Campo Belo.
- Sinalizar a existência dos sanitários que atendem a área da trilha e de banho, os quais estão junto aos quiosques.
- Avaliar percurso da trilha e área do atual mirante e implantar estrutura e interpretação ambiental adequadas para a visitação, tomando-se todas as medidas de segurança do visitante e para se evitar danos ao local.
- A estrutura do mirante pode ser em balanço para ampliar a vista a ser observado pelo visitante.
- Adaptar sistema de filtragem da água nas bicas (ou bebedouros) existentes ao ar livre na área do Parque.
- Sinalizar todas as bicas com indicação da potabilidade da água.

3.2.28 – QUIOSQUES PARA PIQUENIQUE

- Desativar churrasqueiras e sinalizar com a proibição da atividade no local e em outros do Parque.
- Demolir os três quiosques localizados junto à estrada, mantendo os demais somente para piqueniques dos visitantes.
- Manter acesso somente pela Trilha do Lago Azul, não permitindo trânsito de visitantes pelo setor administrativo.

3.2.29 – ACAMPAMENTO DO CHALÉ

- Organizar e implantar acampamento na área do Imóvel 23, anteriormente cedida ao movimento de escoteiros.
- O acampamento será restrito à área localizada na parte posterior da edificação.
- Construir lava-pratos e sanitários públicos na parte externa da edificação para uso pelos campistas.
- A edificação existente no local será oferecida para aluguel, podendo ser para pessoas do mesmo grupo do acampamento ou para grupo diferente.
- Os campistas não poderão utilizar as instalações internas do imóvel se forem de grupos diferentes.
- Recuperar o sistema de drenagem da área destinada à colocação de barracas.
- Desativar o acampamento tão logo o acampamento da Aldeia dos Pássaros esteja implantado.
- Inserir a edificação no conjunto destinado às residências funcionais ou demoli-la se não houver uso.

3.2.30 - TRILHA DOS TRÊS PICOS

- Elaborar projeto e implementar a Trilha dos Três Picos, cujo comprimento e tempo de percurso são de cerca de 5,6km e três horas de ida (Prancha 6).
- A trilha terá início em dois pontos convergentes, sendo um deles a partir da estação de parada do transporte público Três Picos/UNIBio e o segundo a partir das proximidades das dependências do atual Hotel Donati.
- O final da trilha é um mirante natural sobre um dos picos, do qual se avista os outros dois, o vale do rio Paraíba do Sul, relevo do Parque Nacional da Serra da Bocaina e imediações, assim como toda a região.
- A trilha permite a visualização de várias quedas d'água menores e uma grande, a cachoeira dos Três Picos.
- O projeto de avaliação da trilha identificará pelo menos um ponto para instalação de sanitário público, o qual deverá ser de pequenas dimensões, em local discreto e estar harmonizado ao ambiente.
- Melhorar todo o leito da trilha, implantando soluções de passagem em locais úmidos, cursos d'água (permanentes ou temporários), pontos de erosão, frágeis e de ultrapassagem de obstáculos físicos do terreno e soluções de drenagem, entre outros.
- Implantar facilidades, onde couber, como sinalização indicativa, interpretação, mirantes, passarelas, escada, degraus, corrimão, guarda-corpo, pontes etc.
- A Trilha dos Três Picos será a mais pesada e mais longa da Parte Baixa e de baixa intensidade de uso e que melhor permite visualização de espécies da fauna mais raras e ameaçadas de extinção, como muriqui-do-sul *Brachyteles arachnoides*, assim como grande riqueza de aves.
- Permitir atividades de observação de fauna silvestre em horários especiais, como observação de aves e outros grupos da fauna de mais difícil visualização, bem como observações astronômicas.
- A trilha será guiada e autoguiada por folheto e sinalização física no seu percurso.
- O programa de manejo da visitação irá indicar os números iniciais para a operação adequada da trilha.
- Os resíduos sólidos gerados pelo visitante deverão ser trazidos de volta e depositados em local adequado, sendo que tais soluções são de responsabilidade de cada um.

3.2.31 – TRILHA SUSPensa PARA OBSERVAÇÃO DE COPAS E LIGAÇÃO DE CACHOEIRAS

- Elaborar projeto de avaliação da viabilidade técnica e implantar uma trilha suspensa, ligando as cachoeiras Poranga, Véu de Noiva e Itaporani.
- A trilha passará pelo Complexo de Visitação Solar Azul, onde o visitante poderá descer no local.
- Os visitantes poderão ir e voltar pela trilha suspensa ou percorrer parte dela e voltar por terra, pelas trilhas das cachoeiras.
- A trilha deve propiciar o contato do visitante com o ambiente das copas das árvores na mata (dossel) e a visualização das cachoeiras no nível do observador, portanto, do ponto de queda da água.
- A trilha não poderá comprometer o cenário que as quedas das cachoeiras proporcionam e nem passar sobre elas, sendo preferível que a estrutura fique sempre na frente.
- Havendo necessidade de cruzar a cachoeira, em função do percurso da trilha, deve-se escolher passar pelas margens e cruzamentos mais a montante ou mais a jusante das quedas.
- A trilha terá o seu início e o seu final no nível do solo, subindo em direção às copas, nível que permanecerá na maior parte do percurso, variando tal situação no caso da cachoeira ter outra relação de altura com o terreno.
- O percurso da trilha contemplará ambientes de margens naturais e artificiais da mata, tipos diferentes de vegetação e altitudes variadas, se possível, e clareiras naturais e artificiais, entre outras características, de modo a enriquecer a experiência do visitante quanto aos aspectos ecológicos a serem explorados.
- Nas cachoeiras, a trilha oferecerá estruturas que permitam a descida do visitante até o solo da mata, de modo a poder, também, usufruir do cenário que a visão de baixo para cima das quedas proporciona, bem como nadar se o local oferecer segurança para tal.
- A largura da trilha deverá permitir o movimento de duas pessoas, com conforto, e seus materiais, estruturas e cores, por exemplo, devem estar integrados com o ambiente, de modo a diminuir o seu impacto no local.
- Todos os aspectos de segurança deverão ser atendidos e, onde couber, a implantação da trilha suspensa deverá lançar mão de sua fixação no solo e em encosta, bem como de outras possibilidades tecnológicas possíveis.
- A interpretação ambiental da trilha terá ênfase na fauna das copas, na fenologia da vegetação (floração, frutificação e perda de folhas, por exemplo) ao longo do ano, bem como na relação da fauna e da flora, quanto a esta fenologia.
- Implantar painéis interpretativos e sinalização indicativa e educativa ao longo da trilha.
- Poderá ser elaborado um guia das principais espécies da fauna de copa e da flora e um calendário-guia com os principais aspectos fenológicos, de modo que o visitante possa reconhecer no campo o que suas observações propiciarão ao longo da trilha e outros ambientes do Parque, bem como facilitem a identificação de algumas espécies.
- A trilha poderá ser guiada e autoguiada por folheto e por meio de sua sinalização e painéis interpretativos.

3.2.32 – TRILHAS PARA OBSERVAÇÃO DE AVES

- Elaborar projeto e implantar duas trilhas para observação de aves.
- Definir locais para instalação de passarelas de copas, torres, mirantes, cabanas, plataformas de copas e estruturas similares para observação das aves.
- O trajeto deve contemplar ambientes e altitudes diferentes, bem como cursos d'água e outros locais que aumentem a riqueza para observação espécies.
- Elaborar um guia de aves do PNI (inglês/português) e uma lista de espécies.
- Oferecer guiagem especializada bilíngüe para observação de aves.
- Contratar estudo específico para execução desta atividade.
- Divulgar a atividade, ressaltando a posição do PNI como um dos melhores destinos para observação de aves no Brasil.
- Divulgar a atividade junto aos clubes, associações e similares de observadores de aves.
- O PNI deverá permitir a visitação em horários especiais.

3.2.33 – TRILHAS DAS CACHOEIRAS VÉU DE NOIVA, ITAPORANI E PORANGA

- Elaborar projeto e concluir a implementação de cada uma das trilhas: Véu de Noiva, Itaporani e Poranga.
- Pavimentar com pedra todo o leito da trilha, excetuando os casos de soluções específicas como os citados a seguir.
- Melhorar os leitos das trilhas, inclusive implantando soluções de passagem em locais úmidos, cursos d'água (permanentes ou temporários), pontos de erosão, frágeis e de ultrapassagem de obstáculos físicos do terreno e soluções de drenagem, entre outros.
- Implantar facilidades, onde couber, como sinalização indicativa, interpretação, mirantes, passarelas, escada, degraus, corrimão, guarda-corpo, pontes etc.
- Avaliar a necessidade de redefinição do trajeto da Trilha da Cachoeira da Poranga e não somente melhorias no seu leito.
- O projeto de avaliação da trilha identificará pelo menos um ponto para instalação de sanitário público nas proximidades da cachoeira Poranga, o qual deverá ser de pequenas dimensões, em local discreto e estar harmonizado ao ambiente, sendo que tal estrutura não é necessária nas demais trilhas.
- As trilhas serão autoguiadas por folheto e sinalização física no seu percurso, podendo ser guiada de acordo com o interesse do visitante.
- O programa de manejo da visitação irá indicar os números iniciais para a operação adequada das trilhas.
- Os resíduos sólidos gerados pelo visitante deverão ser trazidos de volta e depositados em local adequado, sendo que tais soluções serão de responsabilidade de cada.
- Elaborar projeto e implantar estação de parada do transporte único na estrada interna principal do Parque, no entroncamento de acesso ao UNIBio e à área de visitação Ponte do Maromba, próximo à trilha da Cachoeira da Poranga.
- As demais cachoeiras da Parte Baixa serão objeto de análise na revisão do seu PM, quanto à sua inserção nas atividades de visitação.

3.2.34 – COMPLEXO DE VISITAÇÃO SOLAR AZUL

- Elaborar e implantar projeto de um complexo de visitação nas proximidades da área de visitação Ponte da Maromba, no local denominado Solar, Azul, com as principais especificações aqui indicadas.
- O complexo contará com área de manobra e parada do transporte único; sanitários públicos; áreas de descanso; restaurante e lanchonete; loja de souvenir e outros produtos para a visitação; nichos cobertos com áreas de descanso, lanche e piquenique ao ar livre; espaço para a terceirização do aluguel de bicicleta; espaço para colocação de painéis informativos com destaque para as principais atividades de visitação da Parte Baixa e do PNI, como um todo, espaço para concessionários diversos etc.
- Construir e implantar parada do transporte único junto à entrada do Solar Azul.
- Destinar espaço para a instalação de lojinha, para venda de souvenirs e materiais diversos de apoio à visitação (pilhas, baterias, protetor solar, capa de chuva, medicamentos simples e autorizados pela ANVISA etc).
- Definir local e implantar estrutura de acesso à trilha suspensa (subida e descida ao solo) no Complexo.
- Implantar sinalização e painéis interpretativos na área.
- Colocar lixeiras em toda a área no padrão definido para o Parque e com sistema de impedimento contra o acesso e o manuseio pela fauna.
- Os resíduos sólidos deverão ser retirados e depositados diariamente nos contêineres da entrada do Parque.
- Adquirir, prioritariamente, o terreno para implantação do complexo de visitação, para as instalações indicadas acima.
- Fazer avaliação de todo o conjunto construtivo existente no local e, dentro do possível, aproveitar aquelas apropriadas para instalações de serviços, como o restaurante, as estruturas de recepção, os sanitários etc.
- O projeto deverá levar em conta o que se encontra em APP, para demolição.

Parque Nacional do Itatiaia

prancha 6 - visualização das áreas de visitação - parte 3



3.2.35 – PONTE DO MAROMBA

- Elaborar projeto de organização de todo o espaço de visitação e controle da área denominada Ponte do Maromba.
- Elaborar projeto arquitetônico e reformar os sanitários públicos, retirando-os do local atual e buscando área menos úmida, separando-os da rocha e diminuindo suas dimensões.
- Considerar, no novo projeto, a eliminação do espaço destinado ao funcionário que faz a vigilância e o controle da área.
- Construir, pelo menos, quatro pequenos nichos para descanso, lanches e abrigo contra chuva e sol e instalá-los separadamente ao longo da área.
- O funcionário, nas funções de controle da área, usará os nichos para descanso e abrigo.
- Elaborar projeto e recuperar a ponte existente sobre o rio Campo Belo no local, melhorando os seus aspectos visuais e harmonizando-a com o ambiente local.
- Rever e recuperar a escadaria e outras estruturas de acesso às áreas de natação no rio Campo Belo.
- Instalar corrimão ou proteção similar ao longo da escadaria de acesso às áreas de natação.
- Disponibilizar guarda-vida para o local e avaliar a possibilidade de dispor de artefatos de bóias com cordas para salvamento e resgate de visitantes no rio Campo Belo.
- Implantar sinalização e painéis interpretativos na área.
- A sinalização deve privilegiar as áreas de risco e as cabeça d'água.
- Colocar lixeiras próximas aos nichos do padrão definido para o Parque e com sistema de impedimento contra o acesso e o manuseio pela fauna.
- Os resíduos sólidos deverão ser retirados e depositados diariamente nos contêineres da entrada do Parque.

3.2.36 – TERCEIRIZAÇÃO DE DOIS HOTÉIS

- Efetuar estudo para envolver dois hotéis existentes no Parque e legalizá-los como concessão ou outra natureza de terceirização, dentro do sistema que está indicado nesta monitoria.
- Avaliar a possibilidade de incluir, nesta modalidade, os hotéis Donati e Ypê.
- Os demais hotéis, por apresentarem outras potencialidades, foram incluídos em modalidades diferentes de uso definidos nesta monitoria.

3.2.37 – CAPTAÇÃO DE ÁGUA E COBRANÇA DE IPTU PELA PREFEITURA DE ITATIAIA

- Avaliar, detalhadamente, os dados já levantados, as condições em que a PMI capta e trata a água do rio Campo Belo para distribuição aos munícipes.
- Discutir, junto com a PMI e com o Comitê de Bacias do Paraíba do Sul (CEIVAP), a regularização desta captação dentro do PNI e definir todos os parâmetros legais e técnicos para a manutenção deste serviço ambiental prestado pelo Parque.
- Avaliar a possibilidade de, em futuro próximo, a cobrança, pelo PNI, deste serviço ambiental, conforme previsto na Lei do SNUC e em estudo pela DIREP.
- Avaliar as condições de posse e domínio da área de captação e tratamento da água e regularizar a sua situação fundiária, no que couber para o PNI.
- Solicitar e discutir com a PMI a retirada dos moradores e dos resíduos sólidos da área de tratamento da água, bem como a instalação de sistema adequado de uso e controle de acesso ao local.
- Usar, no que couber, o pagamento do serviço ambiental na amortização das indenizações que o PNI terá que fazer em relação à área de captação e tratamento da água.
- Levantar e avaliar as condições em que ocorre a cobrança de IPTU pela PMI de parte dos ocupantes de áreas dentro da Parte Baixa do PNI e providenciar a suspensão de tal pagamento, já que tais áreas são rurais, para todos os efeitos legais.
- Inserir as questões acima no escopo do termo de cooperação técnica indicado na presente monitoria para celebração com a PMI.

3.2.38 – CAPTAÇÃO DE ÁGUA PELO EXÉRCITO

- Levantar e avaliar, detalhadamente, as condições em que o Exército, por meio do CRI, capta água na Parte Baixa do PNI.

- Discutir, junto com o CRI, a regularização desta captação dentro do PNI e definir todos os parâmetros legais e técnicos para a manutenção deste serviço ambiental prestado pelo Parque.
- Avaliar a possibilidade de, em futuro próximo, a cobrança, pelo PNI, deste serviço ambiental, conforme previsto na Lei do SNUC e em estudo pela DIREP.
- Avaliar as condições de posse e domínio da área de captação da água e regularizar a sua situação fundiária, no que couber para o PNI.
- Usar, no que couber, o pagamento do serviço ambiental na amortização das indenizações que o PNI terá que fazer em relação à área de captação e tratamento da água.
- Inserir as questões acima no escopo do termo de cooperação técnica indicado na presente monitoria para celebração com o CRI.

3.2.39 – ESPAÇOS PARA PESQUISADORES E ESTUDANTES

IMÓVEL 6 / ABRIGO 1 – CASA DO PESQUISADOR

- Elaborar projeto e implantar revisão imediata do sistema de esgotamento sanitário na edificação.
- Manter, temporariamente, espaço na área da antiga carpintaria (e depósito) para manuseio de material capturado e coletado (fauna, flora, componentes do meio físico etc.) dos estudos e pesquisas, bem como para manuseio de animais mortos e feridos encontrados no Parque.
- Identificar nova edificação para tais funções dentro do patrimônio a ser indenizado.

ABRIGO 3 – ALOJAMENTO PARA PROFESSORES E ESTUDANTES

- Elaborar projeto e implantar revisão imediata do sistema de esgotamento sanitário na edificação, até que seja identificada uma ou mais edificações para a mesma função no contexto do patrimônio a ser indenizado.
- Demolir o Abrigo 3 tão logo seja identificado outro espaço para as mesmas funções.

ABRIGO 4 – CASA CEDIDA A PESQUISADORES DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

- Rever os termos de cooperação entre o Parque e o Jardim Botânico, antes de demolir o Abrigo.
- Os pesquisadores do Jardim Botânico passarão ocupar as instalações destinadas aos pesquisadores (Casa do Pesquisador).
- Demolir o Abrigo e retirar os materiais inservíveis.

3.2.40 – COMPLEXO ADMINISTRATIVO

- Implantar solução de isolamento de todas as áreas administrativas conforme descrito no item sobre circulação interna, de modo a formar um único complexo administrativo para o PNI.
- Elaborar programação de desocupação e demolição do patrimônio edificado do PNI, bem como de aproveitamento do patrimônio a ser indenizado.
- Considerar a possibilidade de concentrar as moradias funcionais em menos núcleos ocupados dentro do Parque.
- Demolir, no escopo da programação, todas as edificações que estão em APP.
- Desocupar, dentro da programação, parte das residências funcionais mais próximas da sede do Parque e transferir seus moradores para outras edificações mais bem construídas, respeitando seu interesse em permanecer dentro do PNI.
- Demolir, após a desocupação, as edificações de menor valor construtivo, como os Imóveis 41 (Casa de Palmito), 9 (vazia e em APP), 10 (área muito úmida e com mata em recuperação) e 13 (vazia, em local muito úmido e próximo aos quiosques).
- Demolir a estrutura da antiga estufa, preservando a sua fundação, depois de identificado um local para a guarda dos materiais que estão no seu interior.
- Destinar as edificações mais bem construídas e mais próximas da sede para abrigar outros serviços e setores administrativos ligados ao Parque, à Unidade Gestora e ao GI-PNI os quais estão em expansão e implantação.
- Transferir o Centro de Proteção Ambiental para dentro da edificação da sede.
- Transferir a Unidade Gestora (UG) para a edificação de pedra onde, atualmente, funciona o Centro de Proteção Ambiental (Imóvel 36).

- Empreender esforços para implantar o GI-PNI próximo à sede, como indicado no item sobre o GI (Imóveis 3 e 4).
- Retirar todos os materiais inservíveis para fora do Parque e depositá-lo em local adequado.
- Elaborar projeto e proceder à reforma dos sanitários existentes na área externa do ECOARTES, ampliando e melhorando as instalações, mantendo a divisão para mulheres e homens e fazendo o ajardinamento do local.
- Buscar parcerias e proceder à recuperação de trecho da estrada principal interna do PNI, no local que sofreu desmoronamento próximo à área de visitação Ponte do Maromba, na margem esquerda da estrada, sentido do acesso à área.
- As atividades administrativas de rotina serão mantidas, bem como aquelas de proteção, incluindo fiscalização, prevenção e combate a incêndios, obtenção e capacitação de pessoal, obtenção de recursos financeiros e outros intrínsecos ao funcionamento da UC, os quais não foram abordados na monitoria.

4 – ZONEAMENTO DA PARTE BAIXA

O PM de 1982 apresenta o zoneamento do PNI da área anterior à ampliação, dividindo-o em zoneamento do PN e zoneamento do PNat, já que esta segunda categoria foi indicada como ferramenta de manejo deste trecho. Porém, o PNI foi ampliado logo depois da elaboração do seu PM, por meio do Decreto Nº 87.586, de 20/09/1982. Entretanto, na ampliação, o Decreto manteve a área do PNI como PN, não sacramentando a figura de PNat, como proposto pelo seu PM.

Assim, a monitoria, analisando a situação atual, procedeu ao ajuste necessário no zoneamento do PNI, com base na categoria de PN, no conhecimento de campo da área e considerando critérios indicativos de valores para conservação e para vocação de uso da área (Figura 3).

Para a área de avaliação apresentada na Figura 1, foi considerado pertinente a manutenção das zonas definidas pelo PM para o PN e estabelecido novo zoneamento para a área correspondente à proposta como PNat, definindo quatro zonas a saber: zona primitiva (ZP), zona de uso extensivo (ZUEx), zona de uso intensivo (ZUI) e zona de uso especial (ZUE).

4.1 – ZONA DE USO ESPECIAL

Definição

A ZUE é aquela que contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços, abrangendo sede, habitações, alojamentos, base de fiscalização, oficina e outras. Estas áreas devem ser escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com o caráter natural da UC, devendo localizar-se, sempre que possível, na sua periferia.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é minimizar os impactos ambientais negativos da implantação e manutenção das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural.

Objetivos Específicos

- Propiciar na UC infraestrutura para as atividades administrativas, de pesquisa, de proteção e operacionalização do Parque.
- Garantir da integridade dos limites da parte baixa do PNI em suas porções sudeste e sudoeste.

Normas

- Somente circularão e permanecerão nessa Zona as pessoas que, de alguma forma, estejam relacionadas às atividades de administração, manutenção e serviços do PNI.
- O acesso e o desenvolvimento das atividades intrínsecas à Zona serão exclusivamente aqueles necessários à administração, à manutenção e aos serviços do PNI.
- A instalação, construção, manutenção e o uso das estruturas deverão alterar minimamente o ambiente local.
- O acesso e a circulação de veículos motorizados serão restritos aos casos previstos na monitoria.

- Todas as edificações, infraestruturas e reformas em casas já existentes deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente e preferencialmente com o padrão histórico das edificações.
- Não será permitido o plantio de espécies exóticas, sendo que as espécies existentes deverão ser gradativamente substituídas por espécies nativas do Parque.
- Não é permitida a manutenção de animais domésticos nas áreas das residências funcionais.
- Os resíduos sólidos gerados na manutenção das áreas e nas edificações deverão ser coletados e armazenados seletivamente e encaminhados aos destinos previstos nesta monitoria.
- O esgotamento sanitário deverá prioritariamente sofrer tratamento mediante tecnologias alternativas de baixo impacto.

Descrição

A ZUE do PNI está subdividida nos segmentos a saber (Figura 3):

- Primeiro segmento: faixa de aproximadamente 200m tangenciando o limite sul do Parque, iniciando-se no ponto 543344 / 7517646 e seguindo até o ponto 538961 / 7516576, excluindo-se a faixa da trilhas de observação de aves entre os pontos 542557 / 7517208 e 542265 / 7517017 e a faixa entre a entrada interna principal do Parque e a interseção do limite do Parque e o rio Campo Belo, no ponto 540903 / 7515773.
- Segundo segmento: tem início no ponto 540598 / 7517165, localizado na margem direita do rio Tapera, seguindo por este rio até o ponto onde este deságua no rio Campo Belo; segue margeando a montante do rio Campo Belo até o ponto 539894 / 7517133; segue em linha reta até a estrada no ponto 539938 / 7517153; segue acompanhando a estrada em direção leste até o seu cruzamento com o rio Taquaral; segue a montante deste rio até o encontro com a estrada interna principal de acesso ao centro de visitantes; segue a estrada até a curva da Pedra de Fundação do Parque, no ponto 540457 / 7517161, de onde segue em linha reta até o ponto inicial.

4.2 – ZONA DE USO EXTENSIVO

Definição

A ZUEx é aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, harmonizando sua proteção com o uso público, propiciando acessos e facilidades com fins educativos, recreativos e de pesquisa científica.

Objetivos Específicos

- Propiciar atividades de visitação (conscientização ambiental, interpretação e recreação), oferecendo infraestrutura e facilidades.
- Diversificar as atividades de visitação, ofertando modalidades aquáticas no rio Campo Belo, observação de copas e paisagens, dentre outras.
- Ordenar a visitação em trilhas que já se encontram em uso e que apresentam sinais de impactos negativos e promover a sua conservação com medidas necessárias para garantir a qualidade ambiental das áreas.
- Permitir a visitação nas áreas de cachoeiras com a infraestrutura necessária de apoio e controle.
- Proporcionar atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental.

Normas

- Serão permitidas nesta zona atividades de visitação, pesquisa, monitoramento e fiscalização.
- As atividades de visitação deverão conduzir o visitante a compreender e apreciar os recursos naturais protegidos pelo PNI.

- Será permitido somente o uso de embarcações não-motorizadas nas atividades aquáticas do rio Campo Belo.
- A infraestrutura de apoio à visitação presente nesta zona deve preservar a harmonia com a paisagem e ser de baixo impacto.
- O uso de veículos ao longo das estradas internas é permitido desde que observada as regras estabelecidas na monitoria.
- As espécies exóticas existentes nesta área deverão ser gradativamente substituídas por espécies nativas do Parque.
- As trilhas contidas nesta zona deverão ser constantemente monitoradas, devendo sofrer intervenções quando necessário.
- Cada visitante deverá ser incentivado a remover todos os resíduos sólidos gerados durante as suas atividades nas trilhas e rio.
- Esta área deverá ser constantemente fiscalizada.

Descrição da Zona

A ZUEX do PNI está subdividida em segmentos a saber (Figura 3):

- Primeiro segmento: Trilha dos Três Picos, incluindo uma faixa de 100m em cada margem, considerando-se o acesso a partir da área proposta para a instalação do UNIBio, no ponto 540292 / 7518746 e o acesso a partir do Hotel Donati no ponto 541036 / 7518108, seguindo até o ponto 542913 / 7519941.
- Segundo segmento: Trilha proposta para observação de aves, incluindo uma faixa de 100m em cada margem, iniciando na margem esquerdo do rio no ponto 541233 / 7517973 e seguindo até a divisa do Parque no ponto 542516 / 7517050.
- Terceiro segmento: inicia na margem direita do rio Taquaral, no ponto 540473 / 7519557; segue o rio a jusante até o ponto 540564 / 7519352; segue em linha reta até a margem esquerda do rio Campo Belo, no ponto 539371 / 7519317; segue o rio a montante até o ponto 539289 / 7519543, de onde segue em linha reta até o ponto inicial.
- Quarto segmento: trilhas da Ponte do Maromba até a Cachoeira Vêu de Noiva e Cachoeira do Itaporani, considerando uma faixa de 100m em cada margem.
- Quinto segmento: faixa de 100m na margem direita do rio Campo Belo, iniciando na Ponte do Maromba e seguindo até a cachoeira do Poranga.
- Sexto segmento: inicia na cachoeira do Poranga; segue a jusante pela margem direita do rio Campo Belo até o ponto 540773 / 7515801; segue margeando a ZUE até o ponto 538892 / 7516689; segue na direção norte até o ponto 538875 / 7517732; segue na direção noroeste até o ponto 538374 / 7517991; segue na direção norte até o ponto 538362 / 7518921; segue a margem direita do curso d'água a jusante até o ponto inicial, na cachoeira do Poranga.

4.3 – ZONA PRIMITIVA

Definição

A ZP reúne áreas que apresenta pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico e de alto valor ligado à biodiversidade.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental.

Objetivos Específicos

- Preservar manchas bem conservadas de Floresta Ombrófila Densa, vegetação predominante na parte baixa do PNI.
- Permitir pesquisas científicas e o monitoramento ambiental, ambos de baixo impacto em ambiente pouco alterado.
- Proteger trecho do rio Tapera.
- Proteger espécies ameaçadas, como, por exemplo, o muriqui-do-sul *Brachyteles arachinoides*.
- Servir como banco genético para as demais zonas.

Normas

- Serão permitidas nesta zona atividades de pesquisa e monitoramento em caráter mais restrito e a fiscalização.
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- A fiscalização nesta zona será feita a pé e deverá ser frequente, visando coibir principalmente a presença de infratores, tais como caçadores e palmiteiros, podendo ocorrer eventualmente por via aérea.
- Não é permitida a abertura de novas trilhas e/ou picadas, para quaisquer finalidades, além dos casos de resgate, combate a incêndios e outras atividades consideradas imprescindíveis para a proteção dessa zona.
- Caso seja necessário abrir novas picadas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, controle e fiscalização, estas deverão ocorrer de modo a minimizar seu impacto.
- Os pesquisadores e os funcionários devem remover todo o resíduo sólido (orgânico e inorgânico) que produzirem nessas áreas para local adequado fora do PNI, como indicado nesta monitoria.
- Não são permitidas quaisquer instalações de infraestrutura física e/ou facilidades, com exceção daquelas eventuais que forem estritamente necessárias para ações de resgate, contenção de erosão, deslizamentos e outras imprescindíveis para a proteção da zona.
- Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, estes devem constar no projeto de solicitação da licença e serem retirados da área ao término da pesquisa.

Descrição da Zona

A ZP do PNI está subdividida em segmentos, a saber (Figura 3):

- Primeiro segmento: inicia na margem direita do rio Bonito, no ponto 542321 / 7519330; segue o rio a jusante até o ponto 543245 / 7518331; segue em linha reta na direção sul até encontrar com a ZUE; segue margeando a ZUEx, até o ponto 541590 / 7519335, de onde segue em linha reta até o ponto inicial.
- Segundo segmento: inicia no ponto 542160 / 7517207; segue margeando a ZUE até o ponto 541674 / 7517065; segue em linha reta na direção norte até o ponto 541664 / 7517723, de onde segue margeando a ZUEx até o ponto inicial.
- Terceiro segmento: inicia no ponto 539175 / 7519318; segue margeando a ZUEx na direção sul até o ponto 539677 / 7518375; segue a margem esquerda do curso d'água a montante, até o ponto 538377 / 7518913; segue em linha reta na direção norte até o ponto 538370 / 7519307, de onde segue em linha reta até o ponto inicial.
- Quarto segmento: inicia na margem direita do rio Taquaral, no ponto 540443 / 7519788; segue a margem do rio a jusante, até o ponto 540470 / 7519559; segue na direção oeste em linha reta, até o ponto 539466 / 7519546; segue margeando a ZUEx até o ponto 539419 / 7519809, de onde segue até o ponto inicial.

4.4 – ZONA DE USO INTENSIVO

Definição

A ZUI é constituída por áreas naturais ou antropizadas. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter centro de visitantes, lanchonetes, acampamentos e outras facilidades e serviços voltados à visitação.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é facilitar o desenvolvimento de atividades de visitação, nas modalidades de educação ambiental, recreação e lazer mais intensas em harmonia com o meio ambiente.

Objetivos Específicos

- Propiciar controle e acesso dos visitantes e demais usuários às áreas de visitação da Parte baixa do Parque.
- Disponibilizar, para o visitante infraestrutura e serviços adequados para proporcionar as atividades de contemplação, hospedagem e lazer em ambiente preservado.

- Disponibilizar, para o visitante, informações sobre o Parque, bem como sobre outros assuntos relacionados à conservação ambiental, nas áreas de visitação e no CV.
- Promover a visitação por meio de caminhadas, banhos, natação, passeios de barcos, bicicletas, veículos automotores, entre outros.
- Ordenar o acesso dos visitantes às principais áreas de visitação do Parque.
- Propiciar condições para atividades esportivas e recreativas em contato com a natureza.
- Propiciar meios para o funcionamento de instituição de ensino e pesquisa universitários relativos à biodiversidade do SNUC e desenvolvimento de uma gastronomia experimental advinda de produtos e subprodutos da biodiversidade brasileira, bem como contribuir com a formação de profissionais na área ambiental.
- Promover, de forma racional, o aproveitamento de edificações existentes.

Normas

- Nas vias internas da zona são poderão circular o transporte único do PNI, os veículos da UC e de seus funcionários, dos moradores e seus visitantes, dos concessionários e aqueles autorizados pela administração do Parque.
- As construções deverão estar harmonizadas e integradas   paisagem local.
- Os materiais para a construção e reforma de infraestrutura n o poderão ser retirados dos recursos naturais da UC.
- A circulação de materiais de construção na área do PNI somente será permitida se devidamente autorizado pelo Parque.
- Não será permitido o plantio de espécies exóticas, sendo que as espécies existentes deverão ser gradativamente substituídas por espécies nativas do Parque.
- Esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa e indicativa, no que couber, indicada pelo PNI.
- A velocidade máxima para o trânsito de quaisquer veículos será de 40km/h, sendo proibido o uso de buzinas.
- É proibido o tráfego de cargas perigosas, produtos tóxicos e similares nas vias de circulação internas.
- A fiscalização desta zona deverá ser permanente.
- O controle da visitação deverá ser rigorosamente cumprido.
- A coleta e a destinação dos resídios sólidos gerados e encontrados nesta zona deverão seguir normas especificadas nesta monitoria.
- As construções deverão estar harmonizadas e integradas à paisagem local.
- As trilhas, caminhos e estradas serão de boa qualidade, funcionais e, quando couber, ter o pavimentação adequada a uma UC, oferecendo segurança aos visitantes, pesquisadores e funcionários.
- O uso de fogueiras não é permitido em hipótese alguma.

Descrição da Zona

A ZUI do PNI constitui segmento único, relativo   área abaixo (Figura 3):

- Segmento  nico: inicia na entrada principal do PNI; segue o limite do Parque até a interseção deste com o rio Campo Belo, no ponto 540903 / 7515773; segue a margem esquerda a montante do rio Campo Belo até a confluência com o rio Tapera; segue contornado a ZUEx até o ponto 539896 / 7517134, na margem esquerda do rio Campo Belo; segue a margem esquerda a montante do rio até o ponto 539371 / 7519317; segue margeando a ZUEx, até o ponto 541183 / 7518208; segue margeando a ZP, até o ponto 541310 / 7518221 na margem direita do rio Tapera; segue o rio a jusante, até o ponto 541208 / 7517877; segue margeando a ZUEx, até o ponto 541654 / 7517728; segue em linha reta na direção sul até o ponto 541670 / 7517060, de onde segue margeando a ZUE até o ponto inicial.

5 – FONTES DE RECURSOS

A implementação das ações definidas nesta monitoria dependerão de sua priorização institucional, tanto na agilização de procedimentos administrativos como na designação de recursos financeiros. Entretanto, considera-se que um primeiro total para o início dos trabalhos já está identificado e que

algumas fontes indispensáveis já podem ser apontadas. É nesse sentido que um primeiro conjunto de fontes de recursos encontra-se apresentado e rapidamente explicado a seguir.

5.1 – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS

O PNI tem atualmente uma compensação ambiental, cujos recursos podem iniciar o processo de regularização fundiária. Trata-se de uma compensação ambiental de Furnas para a Usina Hidrelétrica (UHE) Simplício, no valor R\$5.293.332,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois reais), destinados integralmente para a regularização fundiária do PNI.

5.2 – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PELA VOTORANTIM SIDERURGIA

Tal compensação, de mais de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), refere-se à nova siderúrgica da Votorantim, atualmente em construção no Município de Resende. O PNI é a única UC de proteção integral no entorno do empreendimento, e a destinação dos recursos de compensação ambiental é de decisão da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (CCA-RJ). Uma menor parte do montante, já aprovada e aguardando liberação, está destinada à revisão do PM para o PNI, e a maior parte está destinada para regularização fundiária e outras iniciativas de implementação.

5.3 – OUTRAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS

Há outras possibilidades de obtenção de recursos provenientes de compensação ambiental relativos a empreendimentos instalados e em fase de ampliação, tais como Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Xerox, Michelin, Furnas, entre outros, no entorno do Parque, as quais poderão incrementar o montante de recursos para regularização fundiária e implementação do PNI.

5.4 – PARCERIA COM A VOTORANTIM SIDERURGIA

Uma parceria com a Votorantim Siderurgia aportará recursos para o novo portão de entrada do PNI. O patrocínio garante o aporte de até R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para a elaboração do projeto arquitetônico e para a sua execução.

5.5 – PARCERIA COM O DNIT

Já existe um projeto executivo em vias de licitação pelo DNIT para recuperar 10km da estrada de acesso ao PNI desde a Rodovia Presidente Dutra (BR-116). No trecho dentro do Parque, está previsto que o asfalto seja substituído por bloquete intertravado de cimento.

5.6 – CONCESSÕES E OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES

Boa parte das ações definidas na presente monitoria constitui um bom potencial para terceirizações, especialmente por meio de concessão, o que será imprescindível para o funcionamento e o financiamento das atividades, mais especificamente aquelas ligadas à visitação.

Não resta dúvida que as terceirizações estão entre as respostas mais atuais para dar agilidade a alguns problemas de execução pelo setor público e que o auxiliam no financiamento de várias ações, bem como na sustentabilidade dos negócios. No caso dos PN, sabe-se que as atividades de visitação exigem um sistema de operação que não é atribuição do setor público, o qual não está aparelhado para tal. Assim, o sucesso da implantação exigirá que as terceirizações sejam adotadas, constituindo uma fonte de financiamento para este escopo da monitoria e da implantação definitiva do PNI.

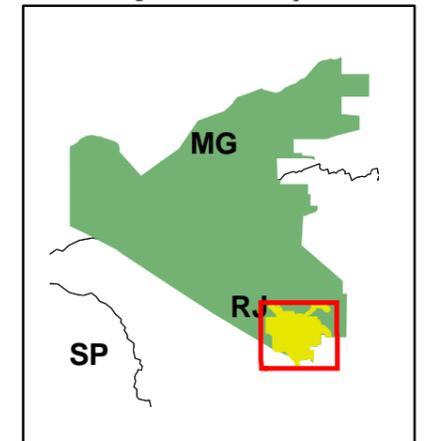
Nesse sentido, já foram iniciadas algumas medidas para as terceirizações no PNI, sendo que se encontra publicado um edital para a contratação de estudo de viabilidade econômica de um conjunto de atividades relativas à visitação, as quais estão inseridas nesta monitoria.

5.7 – AMORTIZAÇÕES NAS CONCESSÕES

Conforme descrito anteriormente, foi indicada uma possibilidade de amortização no custo das indenizações dos imóveis particulares, de modo a reduzir o desembolso de recursos pelo ICMBio. Portanto, as amortizações que seriam feitas nas concessões de dois equipamentos de hospedagem de dentro do PNI constituem mais uma das fontes de recursos para a implantação das ações da monitoria.

Figura 3: Zoneamento do
Parque Nacional do
Itatiaia (PNI) - Parte Baixa

Mapa de Localização



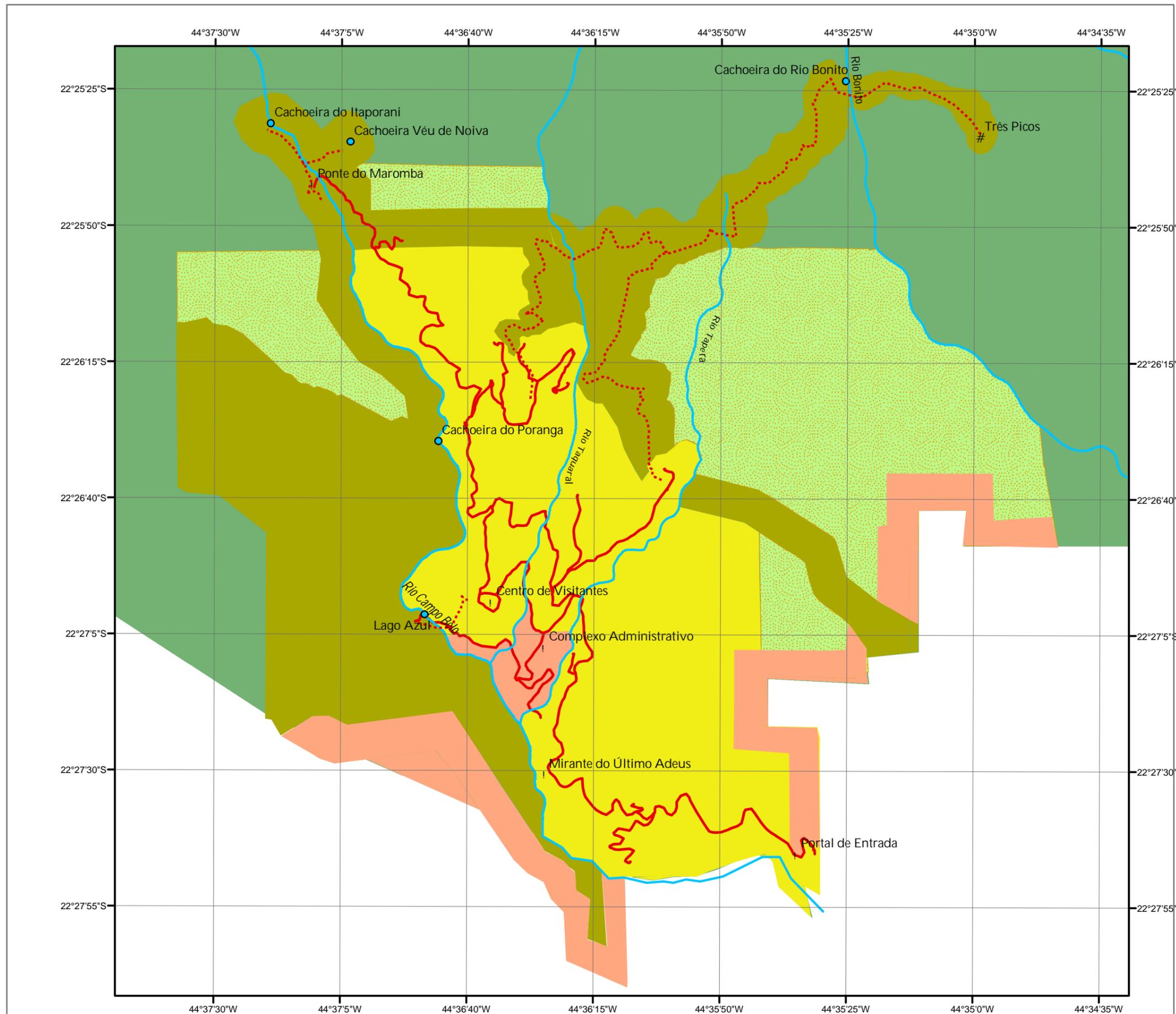
Legenda

- ⋯ Trilhas
- Hidrografia Local
- Estradas
- Zona de Uso Extensivo
- Zona de Uso Especial
- Zona de Uso Intensivo
- Zona Primitiva
- PNI - Área fora da Monitoria

●
Sistema de coordenadas Geográficas
DATUM Horizontal SAD 69

Responsavel Técnico:
Patricia Kidricki Iwamoto
Analista Ambiental
Parque Nacional do Itatiaia/ICMBIO

Data: Abril/2009



5.8 – FUNDO DE SUSTENTABILIDADE DO UNIBio

Como foi indicada a criação do Fundo de Sustentabilidade do UNIBio, uma vez constituído e com um vigoroso programa de captação, ele será fundamental para a existência desta universidade, bem como poderá aportar recursos para a implantação do PNI, que o abrigará, dividindo com o ICMBio o ônus dos custos do funcionamento das suas estruturas e atividades.

Por outro lado, como foi dito, o Fundo será criado e, juntamente com o próprio UNIBio, será gerido por meio de uma ONG especificamente constituída para tal. Assim, a busca e a existência de recursos, principalmente de fontes externas, desonerarão o ICMBio na criação, no estabelecimento e na manutenção do Fundo, que financiará a universidade e parte das necessidades do PNI.

5.9 – LEILAO FESTIVO

Foi indicado um leilão, com conotação festiva, como uma das formas de divulgação dos trabalhos, captação e sensibilização da sociedade quanto a um destino mais nobre e ecológica e politicamente correto do material que não tem mais serventia para o ICMBio.

A arrecadação financeira a implantação de atividades da monitoria, a partir da venda do patrimônio mobiliário antigo, de valor histórico, existente em um depósito do PNI. O leilão seria organização e conduzido pela ONG do GI-PNI, tomando-se todas as precauções administrativas e legais para a sua realização.

As peças são móveis de madeiras nobres e que retratam períodos e estilos históricos, pois foram utilizados por anos no Parque, e atualmente não encontram serventia. Já há indicativo prévio e profissional, mas informal, de valor.

Além dos móveis antigos, há outros diversos materiais menos nobres que poderão ser leiloados. Entre eles há carros e maquinário antigos e sem funcionamento e outros materiais considerados sucata, os quais também devem ser leiloados no mesmo evento, com menos destaque, mas para ter destinação mais rápida e gerar recursos para a implantação do PNI.

5.10 – PARCERIAS POTENCIAIS PARA A MONITORIA E O UNIBio

Além das fontes mais específicas citadas acima, existem diversas outras oportunidades de financiamento, algumas das quais já conhecidos parceiros do PNI e do ICMBio, bem como do meio ambientalista em geral.

No amplo espectro de potenciais parceiros, podem ser citadas algumas fontes como a empresa Natura, a Fundação MacAthur, diversas outras ONG nacionais e internacionais e, ainda, fontes governamentais brasileiras e internacionais, as quais oferecem oportunidades em programas conhecidos, tanto por meio de demanda específica ou por meio de iniciativas que um bom programa de captação de recursos poderá e deverá propor.

6 - AUMENTO NA VISITAÇÃO E NA ARRECADAÇÃO

Todas as ações indicadas, com intenso foco na criação, na atualização e na melhoria dos equipamentos e facilidades para a visitação, não deixam dúvidas do seu potencial para aumentar, consideravelmente, o número de visitantes e, conseqüentemente, a arrecadação. As estatísticas mostram isso, com uma pequena melhoria nas instalações, houve um salto de 17% no número de visitantes entre 2007 e 2008, sendo que nos primeiros meses de 2009, o PNI já registrou um aumento de 56% neste número e 47% na arrecadação, comparado com o mesmo período de 2008.

Isso vai ao encontro às diretrizes do MMA e do ICMBio, já divulgadas amplamente, mostrando para a sociedade brasileira que entendem ser legítima a sua apropriação das UC na forma da visitação.

7 – A PROPOSTA DA AAI

Como já foi dito, a equipe da monitoria ouviu a Associação, em encontro específico para a apresentação da sua Proposta para Regularização Fundiária do Núcleo Colonial Itatiaya, a qual também foi apresentada e discutida em reunião do Conselho Consultivo do Parque. Após amplo estudo e debate do documento, entendeu-se que um adequado posicionamento acerca da questão já estava bem retratado no parecer técnico da DIREP ao Processo Nº 02070000157/2009-83

(IBAMA/MMA ICMBio), que trata do assunto. Assim, entendeu-se que o parecer teria que ser parte inseparável desta monitoria, o qual se encontra no Anexo 9.1.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que aqui foi definido, não resta dúvida de que a equipe que trabalhou intensamente nesta monitoria – da DIREP e do PNI – não concorda com a perda de área do PNI e transformação de parte em monumento natural. A equipe, portanto, acredita que ações como as indicadas na presente monitoria são exemplos para a solução de problemas do PNI e de outras UC brasileiras.

A monitoria exigiu infindáveis debates nos quais foram indispensáveis o conhecimento de ecologia e de administração e manejo de UC, a experiência de campo e a certeza da equipe do PNI, acerca do seu mandato, que é ser guardião da grande biodiversidade que a Parte Baixa do Parque encerra. Também foram necessários profundos e honestos momentos de reflexão sobre uma proposta que, mesmo acarretando vários desdobramentos negativos para a biodiversidade de uma UC, leva defensores da natureza a considerar. Foram meses de investimento institucional e mesmo de investimento pessoal dedicados a responder à proposta e à ameaça externa a uma missão consumada, estabelecida e legalizada que é o PNI e, inclusive, a sua Parte Baixa, área inquestionável e inseparável dos seus limites.

O fato de áreas do PNI não terem sido regularizadas não deve ser razão para se alterar os seus limites, diminuindo-os, pois a regularização fundiária das terras de todos os limites das UC é tarefa intrínseca à implantação do SNUC. O problema da falta de regularização fundiária, característica do PNI, não é exclusivo no Sistema, pois a grande maioria das UC padece do mesmo mal. A pressão e a ameaça externas devem ser vistas como alerta e motivação, pois demonstram uma falha institucional, e devem ser usadas como critério de priorização na aplicação de recursos. A questão fundiária é um grande desafio que o Coordenador e o Gestor do SNUC, MMA e ICMBio, respectivamente, têm que vencer.

Portanto, no cumprimento da missão do MMA e do ICMBio, a equipe da monitoria acredita que o momento é criticamente favorável para um marco no SNUC e que, sem dúvida, a implementação das ações definidas nesta monitoria dependerá, mais que tudo, de coragem, de decisão política para fazer a diferença e consagrar para a história o salvamento do PNI, o primeiro do Sistema do Brasil.

9 – ANEXOS

9.1 – PARECER TÉCNICO À PROPOSTA DA AAI

A equipe da monitoria, uma vez discutidas e acertadas todas as premissas para a realização da monitoria, entendeu que a melhor maneira de se posicionar em relação à proposta da AAI, um dos objetivos da monitoria, seria incorporar o parecer técnico elaborado pelas duas analistas ambientais da DIREP. As analistas foram designadas oficialmente para responder à AAI e propuseram que a resposta seria dada no escopo da monitoria, já que a questão proposta precisaria de uma análise integrada da Parte Baixa do PNI como um todo. Portanto, no Anexo 9.1 encontra-se o Parecer Técnico Nº 013/2009 – COMAP/DIREP, de 03 de abril de 2009, que passa a fazer parte inseparável da monitoria, compreendendo o posicionamento de todos.

Cite-se que todos os assuntos relativos à proposta da AAI estão reunidos no Processo Nº 02070000/2009 – 83 IBAMA/MMA ICMBio, onde a monitoria estará anexada. Os responsáveis por esta monitoria e as analistas da DIREP consideram que, com isso, todas as questões e demandas sobre o tema ficam respondidos tecnicamente.

9.2 – NOTA TÉCNICA

No Anexo 9.2 encontra-se a Nota Técnica/DIREP/PNI/ICMBio, de 18/12/2008, relativa à Proposta de Regularização Fundiária do Núcleo Colonial de Itatiaya, de outubro de 2008. A Nota Técnica foi elaborada pela equipe de monitoria, de modo a posicionar o Presidente do ICMBio acerca da monitoria e do andamento da análise da Proposta da AAI, a qual também seria usada para posicionar o Senhor Ministro do Meio Ambiente sobre o assunto.

9.3 – PLANILHAS DA MONITORIA

Anexas encontram-se as planilhas com o resumo do processo de monitoria, conforme previsto nos procedimentos que constam do Roteiro Metodológico já mencionado, para os quatro principais instrumentos de planejamento que o PNI possui até o momento.

Brasília, 03 de abril 2009.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Estrada BR-485			
Recuperar o asfalto da estrada.	PR	Foi realizado em alguns momentos, mas falta um programa de manutenção de estradas.	Ver indicações desta monitoria.
Implantar estruturas de observação de aves.	NR	Atividade não foi considerada prioritária por falta de recursos.	Monitoria redefiniu ação.
Estabelecer convênios com as empresas de fornecimento de água da região para efetuar análise periódica da água das bicas do Parque.	PR	A ação sempre foi realizada com órgãos públicos (FEEMA).	Viabilizar o projeto que foi realizado em parceria pelo PNI, UFRJ e Instituto Onda Verde que visa o monitoramento das águas na parte baixa e bacia do rio Campo Belo.
Sinalizar as bicas com informações confiáveis sobre potabilidade da água.	PR	durante alguns anos essa ação foi realizada em algumas bicas, porém a partir de 2001 não foi mais realizada.	Sinalizar os pontos com a informação sobre a potabilidade com os resultados das novas análises que serão feitas.
AD Portão do Parque			.
Posto 1			
Colocar painel informativo e/ou outros meios que informem opções de passeio, localização, normas do Parque e outras informações relevantes.	PR	As informações são de regras do Parque.	Implementar o projeto de sinalização que já está pronto, onde consta este painel com as normas e as atividades e as novas definições desta monitoria.
Fazer programa de treinamento contínuo dos funcionários de empresas terceirizadas para que haja maior envolvimento destes com a estrutura do Parque.	PR	Existem ações de treinamento, porém não de forma continuada.	Elaborar um programa de capacitação que deverá ser implementado e executado continuamente.
Diminuir a altura do balcão do guichê de pagamento.	NR	Não houve recursos para tal.	Adaptação será feita de acordo com o projeto arquitetônico do novo portão de entrada previsto nesta monitoria.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Disponibilizar através de concessão ou parceria, sistema de transporte coletivo que faça o percurso dos atrativos da Parte Baixa.	NR	Não foi ainda possível.	Monitoria do PM prevê implantação deste sistema único de transporte imediatamente.
Elaborar e disponibilizar <i>folder</i> em inglês, francês e espanhol.	NR	Não foi ainda possível.	Reavaliar na atualização do PM. Esta monitoria está indicando um único bilingue.
Aumentar o número de funcionários nos horários de grande movimento.	R		
Colocar sinalização indicando localização dos sanitários.	NR		Instalar imediatamente e será melhorado no novo projeto da entrada.
Substituir a placa com os valores das taxas de visitação por uma maior.	R		
Organizar a circulação, na guarita e estacionamentos, dos ônibus de excursão, dos ônibus de linha, dos demais veículos e dos pedestres.	R		Atualizar conforme previsto na monitoria do PM para a nova entrada.
Elaborar estudo sobre preço da entrada no Parque, que é cobrado por pessoa e também pelo automóvel.	PR	Grupo de gestores de UC e técnicos do ICMBio elaboraram estudo a respeito para edição de nova instrução normativa para isso.	Elaborar estudo específico para o PNI, de ingressos e taxas de serviços (estacionamento, transporte único, trilhas especiais, alojamentos etc.), como previsto nesta monitoria.
Elaborar cadastro e carteira de identificação para os moradores do Parque.	PR	Ação não foi mantida em decorrência de nova identificação implementada temporariamente. Cadastro está desatualizado.	Implementar a carteira de identificação (já existe modelo elaborado pelo PNI) e atualizar o cadastro. Existe a identificação de veículos desde janeiro de 2006.
AD Último Adeus			

R: Realizado, PR: Parcialmente Realizado, NR: Não Realizado

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Mirante do Último Adeus			
Sinalizar o estacionamento no sentido de subida e descida.	PR	Foi orientado para descida.	Transporte único poderá contemplar a parada na entrada e/ou na saída e a sinalização deverá ser adaptada para estas possibilidades.
Orientar o estacionamento com faixas no chão.	NR	Não foi priorizado.	Com transporte único não existirá mais o estacionamento. Só uma estação de parada. Atualizar a proposta na revisão do PM.
Elaborar e instalar painel interpretativo sobre o histórico do local, as formações montanhosas, o rio e as cheias repentinas (cabeça d'água).	NR	Só existe uma placa indicativa dos nomes do bioma e do rio e não foi instalado por falta de um projeto de interpretação, o qual só foi realizado recentemente.	Foi iniciada a implementação do projeto de sinalização e interpretação já elaborado pelo PNI. Colocar placa de indicação da existência de sanitário público que está no portão de entrada do Parque.
AD Centro de Visitantes			
Centro de Visitantes Wanderbilt Duarte de Barros			
Elaborar e implementar projeto arquitetônico específico (restauração de edifícios históricos), visando sua readaptação para um espaço destinado ao uso público com as propostas atuais.	R	Considerando reformas anteriores, houve grande reforma e modernização do CV por ocasião dos 70 anos do PNI. A riqueza arquitetônica foi resgatada e mantida no projeto atual.	
Fazer levantamento exaustivo sobre a parte histórica do edifício.	R	Ação realizada inclusive por pesquisadores da UFJF.	

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Recuperar e fazer manutenção periódica das canaletas de escoamento de água para diminuir os problemas de infiltração.	PR	Falta complementar a revisão de todo sistema do telhado. Após as reformas houve melhor planejamento desta ação.	Manter a programação como parte da manutenção periódica do CV.
Colocar sinalização adequada sobre o local de venda de artesanato.	PR	Por conta da revitalização (70 anos do PNI) foi retirada a venda informal de produtos, bem como o espaço.	Monitoria fez várias indicações neste sentido.
Estabelecer normas para inspeção dos produtos alimentícios pela vigilância sanitária.	NR	A venda não está regulamentada.	Normas deverão ser estabelecidas no edital de concorrência para as concessões.
Selecionar local adequado para armazenamento dos produtos alimentícios.	NR	A atividade não está regulamentada.	Na lanchonete e no café deverá ser aproveitado os espaços existentes para armazenamento dos produtos. Adequação e demais normas destes espaços deverão ser estabelecidas no edital de concorrência para as concessões.
Indicar a localização da vista panorâmica e fotos antigas no terraço.	NR	Exposição fotográfica instalada em novo local (antigo laboratório e mais duas salas de reserva técnica), e o espaço não está mais disponível.	Monitoria fez novas indicações neste sentido, pois local foi readequado, após a reforma de 2007, para realização de pequenos seminários e reuniões para até doze pessoas. Local dispõe de ramal de telefone e internet para os usuários.
Retirar o carpete e substituir o revestimento da parede e piso do auditório.	R	Realizada reforma no auditório por ocasião dos 70 anos do PNI e revestimento foi retirado.	

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Permitir o uso da biblioteca pelo público somente ao acervo sem valor histórico.	PR	Houve acesso até a reforma completa do CV em 2007. Realizado reforma no auditório por ocasião dos 70 anos do PNI e revestimento foi retirado.	Monitoria fez nova indicação para uma biblioteca pública. A nova forma de acesso de utilização, catalogação, registro de uso, guarda e manutenção será revisto na atualização do PM
Expor acervo da biblioteca e das obras raras protegidos por vidro.	NR	Não foi tratado como prioridade.	Monitoria fez indicação da doação das obras raras e especiais.
Restaurar o acervo bibliográfico.	PR	Até a época não foi tratado como prioridade.	Manter a programação. Atualmente há um projeto de recuperação de todo o acervo em análise pelo BNDES.
Melhorar a conservação do acervo bibliográfico mediante condicionamento do ambiente com controle da temperatura e umidade.	NR	Até a época não foi tratado como prioridade.	Manter a programação. Atualmente há um projeto de recuperação de todo o acervo em análise pelo BNDES.
Contratar um bibliotecário para organização e manutenção do acervo.	PR	Houve durante dois anos (2002 e 2003) o trabalho de uma bibliotecária cedida pela UFFRJ.	Manter a programação, caso a atualização do PM indique a continuidade deste serviço.
Selecionar obras, livros, guias e postais para serem colocados à venda no CV.	NR	Foi realizada informalmente a partir de 2002 até início de 2007.	Manter a programação e incluir nas orientações de vendas de produtos por concessionário.
Elaborar série de postais com fotos antigas.	NR	Não houve prioridade.	Série deverá ser incluída nas orientações de vendas de produtos por concessionário e autorizado pelo PNI.
Elaborar e implementar projeto específico para reestruturação geral das exposições.	R	Novas exposições foram inauguradas em 2007.	
Recuperar as peças de mamíferos e aves.	R	Recuperação feita pelo Museu Nacional (RJ) em 2007.	

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Elaborar painel explicativo contando a história e o motivo pelo qual os animais do Museu foram empalhados.	PR	Não houve prioridade para esta ação.	Reavaliar a importância de constar esta informação na exposição interpretativa.
Contatar pesquisadores para disponibilizar gravação de sons de aves existentes no acervo do Museu.	R	Realizado na exposição interpretativa, inaugurada em 2007.	
Disponibilizar fones de ouvido na seção de aves para que alguns dos cantos possam ser identificados durante a visita.	NR	Na nova exposição interpretativa há uma seção específica de aves com cantos em som ambiente.	
Separação ou diferenciação das exposições de aves que não são nativas do Parque.	R	Apenas o Jaburu (não nativo) está exposto atualmente e está separado do resto da exposição, ao mesmo tempo em que é explicado a sua presença na exposição.	
Diminuir a altura da maquete e colocar degrau para crianças.	R		Degrau não é necessário. Retirar esta programação, uma vez que a maquete foi restaurada e diminuída sua altura.
Inserir o traçado das trilhas, localização dos abrigos e outros pontos de interesse que não estejam ainda indicados na maquete.	R	A maquete foi restaurada e resinalizada.	
Colocar painel sobre geologia do Parque ao lado da maquete.	PR	Realizado em outra área da exposição. O painéis de geologia abrem a exposição interpretativa, cujo acesso está localizado ao lado da maquete.	Manter no local atual, conforme Projeto de Exposição Interpretativa de 2003

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Elaborar projeto para reprodução de um laboratório antigo em uma das salas com terraço, mostrando como trabalhavam os técnicos e cientistas no Parque.	NR	não houve prioridade	retirar esta ação.
Disponibilizar lentes de aumento ao lado das coleções de insetos para a observação de detalhes, tornando-a mais interativa.	NR	não houve prioridade. Ação poderá ser localmente realizada por grupos de visitas orientadas. Ação será incentivada pela equipe do PNI.	retirar esta ação
Elaborar exposição contando a história do edifício, com fotos antigas retratando o uso e atividades desenvolvidas no local.	NR	não houve prioridade. Ação poderá ser localmente realizada por grupos de visitas orientadas. Ação será incentivada pela equipe do PNI.	Pesquisar o acervo iconográfico para inclusão futura na exposição de fotografias.
Elaborar exposição contando a história do homem que emprestou seu nome ao Centro de Visitantes, o engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros.	NR	Ação não foi priorizada por falta de recursos. Ação poderá ser localmente realizada por grupos de visitas orientadas. Ação será incentivada pela equipe do PNI.	Pesquisar o acervo iconográfico para inclusão futura na exposição de fotografias.
Elaborar audiovisual falando sobre o Parque em geral, além de filmes sobre temas específicos como fauna e flora.	R	Ação permanente nos últimos seis anos. O PUP indicou sessões diárias de audiovisual na alta visitação sobre o PNI, mas não é realizada com tal intensidade.	
Comprar equipamentos e/ou instrumentos essenciais para as atividades que são desenvolvidas atualmente pelos profissionais responsáveis pelo laboratório.	NR	Ação não foi priorizada por falta de recursos.	PNI não possui mais laboratório, o qual não é mais prioridade na UC. A sala do antigo laboratório atualmente contém uma exposição fotográfica temporária.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Retirar a denominação Professor, ficando o novo nome Centro de Visitantes Wanderbilt Duarte de Barros.	NR	O nome será mantido, pois entendeu-se ser justa a homenagem.	
Proibir estacionamento de veículos em frente à entrada atual do Centro de Visitantes e colocar placas de sinalização.	NR	não há local para estacionamento fora este	A área do estacionamento está sendo reprogramada no escopo desta monitoria.
Reservar duas vagas no estacionamento para carros do Parque em serviço, ao lado da parede do auditório.	NR	A ação não foi acatada, e área recebeu paralelepípedos em 2007. Não há demanda para tanto. Os carros do Parque poderão estacionar em locais oficiais mediante demandas emergenciais.	Ação desnecessária, em função da reprogramação.
Recuperar os antigos bancos (mobiliário histórico) que estão na carpintaria e recolocá-los dentro do prédio.	NR	Ação não foi priorizada.	Ação atualizada nesta monitoria.
Mudar a localização do bebedouro interno e reparo quanto ao direcionamento da água.	R		
Sinalizar a localização do bebedouro externo.	NR	Ação não foi considerada prioritária.	Manter a programação, considerando que estão previstas análises de potabilidade desta fonte de água e de todas as outras. Esta monitoria indicou novo sistema.
Repor vidro da janela no sanitário feminino.	R		

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Revisar o tamanho dos latões de lixo externos, facilitando o recolhimento do lixo.	NR	Ação não foi priorizada.	Esta monitoria previu uma atualização para o manejo de resíduos sólidos, em função dos trabalhos da Câmara Técnica do Conselho Consultivo do Parque.
Contatar a prefeitura municipal de Itatiaia para elaborar projeto de coleta seletiva na cidade e no Parque.	R	Foi criada Câmara Técnica de Gestão de Resíduos, objetivando a coleta seletiva no PNI, com a participação da Prefeitura de Itatiaia.	
Melhorar a sinalização da coleta seletiva.	NR	A coleta foi interrompida.	Ação foi revista por esta monitoria.
Contatar a prefeitura de Itatiaia para aumentar da frequência de recolhimento do lixo em dias de grande movimento.	R		
Elaborar folheto e placa para orientar aos visitantes sobre a alimentação indevida aos esquilos.	PR	Existe uma placa de orientação, porém não há folheto específico. Instalada, na ocasião dos 70 anos, uma placa que informa proibição de alimentação da fauna. Informação constante no DVD institucional.	Esta monitoria indicou atualização e ampliação do material de divulgação do PNI.
Instalar orelhão.	PR	Ação não atendida pelo concessionário de serviço de telefonia até o momento, sendo que a maioria dos orelhões foi retirada do Parque.	A solicitação está mantida na monitoria.
Café no CV.	NR	Ação no início da implantação, com edital já publicado agora no final de março de 2009.	Ação mantida e ampliada nesta monitoria.
Elaborar termo de referência para licitação de operação do Café por concessionário.	NR	Ação no início da implantação, com edital já publicado agora no final de março de 2009.	

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Elaborar projeto de reforma do salão onde deverá ser instalado o Café de forma a garantir sua adequação ao início da utilização pelo concessionário.	R	Projeto executado por ocasião da reforma do CV em 2007. Adequação dos espaços deverá ser pela concessão.	
Mencionar a localização do Café no folheto institucional do Parque.	NR	Serviço constará do folheto, tão logo seja concessionado.	Manter a programação, incluindo a informação na nova tiragem do folheto do CV e outros que incluem informações sobre o centro, assim que serviço estiver concessionado.
Sinalizar a localização do café.	R	Já existe placa no local, mesmo sem operação do serviço.	
AD Lago Azul			
Trilha do Lago Azul			
Sinalizar a entrada da trilha antes e depois do CV.	R	Placas instaladas por ocasião dos 70 anos do PNI.	
Elaborar e instalar placas e painéis interpretativos.	PR	Por enquanto só foram instaladas placas de identificação das principais espécies de árvores.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente.
Orientar e treinar os funcionários sobre capina das laterais da trilha, para não provocar erosão e desbarrancamento.	R		Reforçar a ação nas ações de manutenção.
Fechar mirante improvisado na estrada de acesso ao Lago Azul, pois o local oferece risco aos visitantes e não oferece vista panorâmica.	NR	Ação será mantida, pois há interesse da vista do mirante pelos visitantes, mesmo que informalmente instalado, é grande. O local permite uma vista privilegiada do vale do Rio Campo Belo e da Mata Atlântica do entorno.	Esta monitoria atualizou a atividade para a implantação devida.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Sinalizar a localização dos sanitários e vestiário.	PR	Sinalização existente na chegada na estrada da Trilha do Lago Azul	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já aprovado, e ação foi atualizada nesta monitoria.
Indicar potabilidade da bica no caminho.	PR	Durante alguns anos essa ação foi realizada em algumas bicas, porém a partir de 2001 não foi mais realizada.	Ação será mantida e as informações sobre potabilidade serão obtidas no projeto de monitoria da qualidade de água da bacia do rio Campo Belo. Bebedouro será acoplado nas bicas.
Diminuir o tamanho das lixeiras ao lado dos bancos no meio da trilha.	R	Lixeiras atualmente disponíveis ao lado dos bancos em tamanho menor que o tamanho médio do PNI.	Modelos serão adaptados no manejo de resíduos sólidos proposto nesta monitoria.
Instalar lixeiras com indicação clara (escrita e desenho) de coleta seletiva.	PR	A coleta seletiva foi interrompida no PNI, mas novas ações estão propostas nesta monitoria.	Todo o sistema de coleta e destinação final do lixo deverá ser avaliada no manejo de resíduos proposto nesta monitoria.
Lanchonete Caminho do Lago			
Remover restos de piso antigo, melhorar o aproveitamento do espaço externo.	NR	Lanchonete foi construída na AD Centro de Visitantes - lanchonete é na AD Lago Azul, conforme PM, e PUP não alterou isto. PAE menciona troca de edificação.	Manter a lanchonete no local atual e colocá-la para concessão. Adequação do piso e demais instalações deverá constar no edital de concessão e no contrato com o concessionário.
Substituir as espécies exóticas por outras nativas no Parque.	NR	Ação não foi priorizada, mas será mantida pela sua importância para o Parque.	Manter ação que deverá constar no edital de concessão e no contrato com o concessionário.
Retirar o lixo com maior frequência.	R		
Quiosques			

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Desativar as churrasqueiras, com uso destinado somente para piqueniques e atividades de educação ambiental.	NR	Ação não foi priorizada, mas será mantida.	Monitoria reviu a ação.
Retirar obrigação de pagamento de taxa para uso dos quiosques.	NR	Ação é regulamentada por portaria do ICMBio.	Manter a ação e aguardar nova IN de cobrança para verificar se nova ação estará incluída nos itens.
Colocar lixeiras.	R		
Instalar sinalização de localização.	PR	Falta apenas a instalação da sinalização no Lago Azul.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente.
Permitir acesso com carro pela AD Mont Serrat para famílias com crianças, pessoas portadoras de deficiências físicas ou idosos.	R	Este acesso será só de serviços do Parque e de concessionário.	Manter acesso somente vindo do Lago Azul, não permitindo trânsito de visitantes neste acesso, pois o complexo administrativo foi todo isolado das áreas de visitação nesta monitoria.
Aumentar frequência de recolhimento do lixo nos períodos de uso intensivo.	R		
Trilha dos Três Picos	PR	Trilha foi implantada sem oficialização do Parque.	Esta monitoria oficializa e atualiza toda a trilha.
Melhorar o leito da trilha de acesso.	NR	Não foi realizada a ação, pois não era oficial.	Será realizada, pois esta monitoria oficializa a trilha, atualizando-a.
Definir responsabilidades da manutenção do caminho.	NR	Não foi executado, pois não era oficial.	A responsabilidade de manutenção é do PNI e do concessionário, quanto houver.
Orientar funcionários que fazem a limpeza da trilhas para não retirar excessivamente a vegetação.	NR	Não havia manutenção regular desta trilha.	A responsabilidade será do PNI e do concessionário, quanto houver.

R: Realizado, PR: Parcialmente Realizado, NR: Não Realizado

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Instalar placa interpretativa e banco de madeira com vista para o Hotel Simon.	PR	Ação não foi realizada por falta de recursos.	Sinalização da trilha será toda no escopo que esta monitoria está indicando.
Sinalizar as distâncias a cada 1km.	NR	Ação não foi realizada por falta de recursos.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente.
Colocar painel interpretativo indicando os nomes das serras e cidades da região.	NR	não houve prioridadeAção não foi realizada por falta de recursos.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente.
Reformar escada de tronco de madeira no último terço da trilha.	NR	Ação não foi realizada por falta de recursos.	Todas as ações necessárias estão indicadas nesta monitoria.
Usina Hidrelétrica			
Incluir sinalização de Roteiro Histórico-Cultural.	NR	Construção demolida.	
Sinalizar localização e instalar painel interpretativo.	NR	Construção demolida.	
AD Bandeirantes			
Abrigo 1			
Elaborar termo de referência para licitação do abrigo, estabelecendo preços diferenciados para pesquisadores.	NR	Abrigo, hoje Casa do Pesquisador, é mantido e administrado pelo PNI.	Manter o Abrigo como Casa do Pesquisador, sob manutenção e administração do PNI. Monitoria manteve ação como funciona hoje.
Elaborar folheto sobre normas de uso do abrigo.	NR	Não foi necessário, em função do uso atual.	
Elaborar e instalar sinalização de localização	R	Instalada placa indicativa por ocasião dos 70 anos do PNI.	

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Estabelecer sistema de coleta e transporte do lixo	R		Todo o sistema de coleta e destinação final do lixo deverá ser avaliada na atualização do PM
Abrigo 3			
Elaborar termo de referência para licitação do abrigo estabelecendo uso preferencial para pesquisadores.	NR	Abrigo mantido pelo PNI para hospedagem de grupos de estudantes.	Manter o Abrigo 3, Imóvel funcional 33, sob manutenção e administração do PNI, para uso de grupos de estudantes e de interesse da administração, até que haja nova reavilação que o PNI irá fazer.
Estabelecer normas de uso do local.	NR	Não houve necessidade.	Manter esta ação, bem como produzir outros materiais para divulgação destas normas.
Fazer projeto específico para novo sistema das águas servidas do abrigo (a fossa desemboca diretamente dentro do rio).	NR	Abrigo era pouco utilizado	Elaborar projeto de reforma integral do Abrigo, que incluía novo sistema de águas servidas. monitoria indicou reavilação desta e demais edificações do PNI, com sistema do tipo SANETEC..
Reformar e reativar os sanitários e bebedouros.	NR	Não foi necessário, pois acampamento foi desativado, e local é o atual almoxarifado.	Manter o local como almoxarifado.
Sinalizar a localização dos sanitários e bebedouros.	NR	Não mais necessário.	Local é o almoxarifado hoje.
Centro de Vivência			
Fazer reparos no telhado.	R	Atualmente o centro é denominado EcoArtes.	
Definir programa contínuo de uso do local para atividades de educação ambiental principalmente nos dias chuvosos.	NR	Prioridade de uso foi alterada. Atualmente EcoArtes.	Manter a ação e fazer programação anual, prevendo uso para outras atividades, tais como: congressos, seminários, encontros, eventos etc. Os sanitários externos serão melhorados, com iluminação e sinalização adequadas.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
AD Mont Serrat			
Posto 2			
Sinalizar o sanitário.	NR	Não é sanitário de uso público.	
Sinalizar melhor a trilha da Pedra de Fundação.	R	Sinalizada em 2007.	Esta monitoria está propondo uma atualização de todo o espaço.
Sinalizar o relógio de sol como parte do roteiro histórico-cultural.	NR	Atualmente a área é restrita para uso funcional.	Relógio deverá ir para a área externa do centro de visitantes, se viável tecnicamente, como proposto nesta monitoria.
Instalar painel informativo com mapa do Parque para orientação do visitante.	NR	Está prevista a instalação do painel em outros locais.	Veja orientação desta monitoria.
Casa de Palmito - Antiga Casa de Telefonia			
Alterar o nome pode ser modificado ou colocar painel interpretativo explicando que a casa foi feita a partir do aproveitamento dos troncos já cortados.	NR	Atualmente é residência funcional.	Demolição, após definição de novo local de moradia para a servidora que atualmente ocupa o imóvel.
Estufa e Quiosque de Pedra			
Contatar parceiros para a recuperação da estufa com fins científicos e educativos.	NR	Estufa foi desativada.	Esta monitoria propôs sua demolição, poupando-se sua estrutura de fundação.
Estabelecer normas de visitação na estufa para evitar conflitos com moradores.	NR	Estufa foi desativada.	Não se aplica mais.
Incluir a atividade no folheto institucional do Parque.	NR	Estufa foi desativada.	Não mais se aplica.
AD Oficina			

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Salão Eventos Culturais (antiga carpintaria)			
Elaborar termo de referência para elaboração de projeto específico de viabilidade da proposta.	NR	O EcoArtes foi idealizado com este fim. Estrutura tem outra destinação. Atualmente funciona como depósito de móveis, material de construção, veículos apreendidos, reserva técnica e arquivo-morto	Redefinir uso na atualização do PM.
Sinalizar a localização do salão.	NR	Não mais se aplica.	Redefinir uso na atualização do PM.
Incluir a atividade no folheto institucional do Parque.	NR	Não mais se aplica.	Redefinir uso na atualização do PM.
Estabelecer normas de uso claras para evitar conflitos e excesso de ruído.	NR	Não mais se aplica.	Redefinir uso na atualização do PM.
AD Pinheiral			
Chalé e <i>Camping</i> dos Escoteiros			
Elaborar termo de referência para licitação de projeto de uso.	PR	Não foi priorizado.	Esta monitoria atualizou a atividade para a implantação.
Recuperar chalé e área de <i>camping</i> .	PR	Chalé foi recuperado, área do <i>camping</i> precisa ser demarcada.	Demarcar área do <i>camping</i> com número definido de barracas e usuários. Construir banheiros externos e lava-pratos, como indicado nesta monitoria.
Selecionar área para estacionamento.	R		Estacionamento não será necessário com a implantação do transporte único.
Recuperar sistema de drenagem na área de acampamento na parte de trás do chalé.	NR	Não foi implementado pois <i>camping</i> não está operando.	Manter ação como indicado nesta monitoria.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Estabelecer sistema de fiscalização para evitar incêndios.	NR	não há incidência de incêndios na área.	Não mais se aplica.
Elaborar folheto com informações detalhadas sobre os tipos de uso.	NR	Não foi implementado pois acampamento não está operando.	Manter ação como indicado nesta monitoria.
Citar o chalé e <i>camping</i> no <i>folder</i> institucional do PNI.	NR	Não foi implementado pois <i>camping</i> não está operando.	Manter ação como indicado nesta monitoria.
Elaborar e instalar sinalização.	NR	Não foi implementado pois acampamento não está operando	Manter ação como indicado nesta monitoria.
Estabelecer sistema adequado para a fossa no chalé de forma a garantir sua adequação ao início da utilização.	NR	Demanda é atendida pelo sistema atual e deverá ser adequada para operação do acampamento.	Todas as fossas terão que ser revistas e monitoria indicou ações neste sentido.
Definir sistema de coleta e transporte adequado do lixo.	NR	Não foi implementado pois acampamento não está operando	Deverá ser revisto todo sistema de coleta e destinação final do lixo como indicado nesta monitoria.
AD Acácias			
Centro de Pesquisa no Sítio das Acácias			
Elaborar termo de referência para seleção de parceiros.	NR	A área atualmente é utilizada como residência funcional.	Uso dos imóveis do PNI será todo revisado , como indicado nesta monitoria.
Elaborar folheto específico sobre o centro de pesquisas.	NR	Não mais se aplica.	
Elaborar projeto e implementar reforma da casa com construção de estufas, pias de lavagem, painel interpretativo sobre pássaros na varanda.	NR	Não mais se aplica.	

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Citar o centro no <i>folder</i> institucional do PNI.	NR	Não mais se aplica.	
Instalar sinalização.	NR	Não mais se aplica.	
Estabelecer sistema adequado para a fossa no chalé de forma a garantir sua adequação ao início da utilização.	NR	Não mais se aplica.	
Trilha Poranga			
Contatar proprietária para modificação do traçado da trilha com cotas mais suaves.	NR	Trilha foi implantada sem oficialização do Parque; foi interditada no final de 2007, o que perdura até o momento.	A atualização da trilha está proposta nesta monitoria.
Melhorar a orientação do estacionamento ao lado da estrada.	NR	O estacionamento ao lado da estrada foi desativado.	Com transporte único não existirá mais o estacionamento. Só uma parada de ônibus.
Instalar bancos ao lado do estacionamento, perto da entrada da trilha.	NR	O estacionamento ao lado da estrada foi desativado.	
Colocar placa de sinalização antes e depois do local indicando que a trilha se encontra a 200 metros.	PR	Não exatamente na metragem indicada, porém há sinalização indicando a trilha, que está interditada no momento.	
AD Ponte da Maromba			
Trilha da Piscina Maromba			
Estabelecer sistema de prevenção e alarme nos períodos de ocorrência do fenômeno cabeça d'água.	PR	Prevenção e alarme feito pela vigilância em contato com os recepcionistas da Parte Alta, via radiocomunicação.	Manter o atual sistema de comunicação da equipe da AD Ponte da Maromba com a equipe da AD Parte Alta. Manter procedimentos para aviso, interdição e evacuação no local com ameaça de ocorrência do fenômeno.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Instalar painéis interpretativos com mapas e sobre o jacu (<i>Penelope obscura</i>), uma vez que esta ave é vista com muita frequência no local.	NR	Prioridade foi de instalação de sinalização de alerta. Projeto de Sinalização aprovado não levou isto em consideração e trabalhou com outras espécies.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente.
Colocar antiderrapante nos local onde a escada é escorregadia.	PR	O acesso, que não é uma trilha, é de degraus em cimento e pedra.	Esta monitoria indicou a revisão de todo o acesso.
Melhorar o acabamento do corrimão da escada.	R		
Reformar o telhado e o banheiro colocando equipamentos resistentes à alta umidade.	R		Reprogramar a estrutura com um novo projeto prevendo diminuição dos sanitários, eliminação dos chuveiros e da guarita, melhoria da salubridade da edificação, instalações de atendimento aos visitantes que também sirva para o funcionário da recepção e para o guarda-vidas, abrigo contra sol e chuva, descanso, eliminação do estacionamento, como foi indicado nesta monitoria..
Retirar as duchas sanitárias e repor equipamentos roubados como descargas, torneiras, entre outros.	NR	Banheiro foi reformado, porém as duchas não foram retiradas.	Esta monitoria fez novas indicações (veja acima).
Sinalizar os sanitários.	R	Sinalização instalada em 2007.	
Instalar duas mesas para piquenique no final do estacionamento, perto da área onde se acessa a estrada do planalto.	NR	Acesso utilizado para manutenção e a tavessia para as Agulhas Negras.	Veja orientação desta monitoria.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Estabelecer sistema de plantão de limpeza nos finais de semana e feriados.	R		
Sinalizar acesso à água potável.	NR	Não havia indicações de potabilidade.	Veja orientação desta monitoria.
Redimensionar as lixeiras.	NR	Ação não foi priorizada.	Veja orientação desta monitoria.
Disponibilizar bóias salva-vidas na guarita e colocação de caixa de primeiros socorros com proteção contra umidade.	NR	Não há funcionário apto a utilizar tais equipamentos.	Manter a ação, conforme novos procedimentos de prevenção de acidentes forem sendo feitos e indicações desta monitoria.
Treinar funcionário de plantão para prestação de primeiros socorros e uso de equipamentos de segurança.	NR	Não houve treinamento, pois não há funcionário que possa realizar tal serviço até o momento.	Monitoria indicou novas tentativas.
Contatar escolas de enfermagem e Corpo de Bombeiros para organização de plantão nos períodos de maior incidência de acidentes por afogamento	PR	O Centro de Recuperação de Itatiaia (CRI) mantém e manteve equipe de plantonistas em alguns feriados, assim como a Secretaria de Saúde de Itatiaia também possibilitou plantonistas e equipamentos para eventuais acidentes.	Elaborar Termo de Cooperação Técnica com o CRI e Secretaria de Saúde de Itatiaia para disponibilizar serviço de plantonista e equipamentos em épocas especiais na Parte Baixa, como indicado nesta monitoria.
Ampliar ou reorganizar o estacionamento	PR	Estacionamento foi reorganizado pela equipe de vigilância.	O estacionamento não será mais necessário neste caso, pois o Parque contará com um sistema de transporte único para a visitação, cujo detalhamento encontra-se na análise do PUP e renovado nesta monitoria.
Reformar a guarita para diminuir a umidade dentro da sala.	PR	Guarita foi reformada, porém não com este objetivo.	Veja orientação desta monitoria.
Trilha do Véu da Noiva			
Recuperar o leito do trilha.	PR	Ação foi parcialmente realizada por brigadistas em 2008, mas ainda requer intervenção.	Esta monitoria indicou revisões para toda a trilha.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Estabelecer programa de manutenção e segurança após chuvas intensas.	PR	Em determinados momentos, a equipe de manutenção faz recuperação, com após chuvas intensas, assim como os brigadistas também são envolvidos na ação.	Manter esta ação no Programa de Manutenção.
Recuperar a ponte de acesso à cachoeira.	R	Foi instalada ponte de madeira plástica	
Colocar painel com percurso e grau de dificuldade.	NR	Ação não foi realizada por falta de recursos.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente e no escopo desta monitoria.
Trilha Itaporani			
Recuperar o leito do trilha.	PR	Ação foi parcialmente realizada por brigadistas em 2008.	Manter a ação.
Instalar infra-estrutura de segurança, como escadas e proteção lateral.	PR	Foi instalado parcialmente pelos brigadistas e equipe de manutenção do PNI.	Manter a ação.
Reformar a escada de madeira de acesso à cachoeira.	R	Instalada escada de madeira plástica.	Trilha necessita várias intervenções para diminuir impacto do uso, com indicado nesta monitoria.
Colocar painel com percurso e grau de dificuldade.	NR	Ação não foi realizada por falta de recursos.	Esta monitoria indicou as atualizações para a trilha.
Estrada de acesso - BR-485			
Contatar o DER para programa permanente de manutenção da estrada.	R	Projeto executivo de melhora da estrada já realizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).	Será objeto das ações de manutenção do Parque.
Geral			
Elaborar projeto específico, que normalize a veiculação do nome do Parque.	NR	Ação ainda não foi executada, mas continua sendo importante.	Manter a ação no escopo desta monitoria e também da revisão do PMI, no que couber.

R: Realizado, PR: Parcialmente Realizado, NR: Não Realizado

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Implantar programa intensivo de esclarecimento ao público em geral e do visitante, com o objetivo de melhorar a imagem do IBAMA.	PR	Programas esparsos, não houve prioridade.	Esta monitoria indicou ações de divulgação que, se implementadas, vai ajudar no resgate da imagem do PNI.
Realizar estudos de capacidade de carga social para: Lago Azul, piscina Maromba, Poranga, Itaporani e Véu da Noiva.	NR	Não foi dada prioridade para esta ação.	Esta monitoria indicou o que é mais atual, ou seja, o manejo do impacto da visitação..
Realizar o monitoramento ambiental das trilhas do planalto e da trilha dos Três Picos.	NR	Equipe insuficiente para tal.	Manter a ação no escopo desta monitoria, dentro do manejo do impacto da visitação.
Implantar programa de monitoramento das atividades propostas neste Plano para avaliar os efeitos dos novos usos sobre os recursos do Parque.	NR	Nem todas as atividades foram executadas, daí a falta de monitoramento.	Manter a ação no escopo desta monitoria, dentro do manejo do impacto da visitação.
Avaliar periodicamente os visitantes para definir novas linhas e a efetividade dos Programas Interpretativos e de Educação Ambiental.	R	Avaliação realizada por equipe voluntária e da UFJF - ação evolui com a monitoria e avançará mais com a revisão do PM.	Manter a ação.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Colocar placas em todas as entradas da UC, inclusive trilhas que levam do entorno ao interior do Parque, contendo as regras básicas que se aplicam a este território, eventuais perigos e a necessidade de equipamento apropriado, dependendo do local.	PR	Não havia um projeto de sinalização que abarcasse todo o PNI. Porém, várias placas foram instaladas por conta dos 70 anos do PNI.	Manter a programação, com a implementação do projeto de sinalização e interpretação ambiental já existente.
Realizar manutenção regular das placas desde sua implantação e um monitoramento permanente, com a utilização de fichas de manutenção.	PR	Realizadas algumas manutenções, porém sem o detalhamento como proposto.	Manter a ação no escopo desta monitoria.
Implantar corrimão e/ou proteção lateral em todas as pontes, mirantes e trechos das trilhas que ofereçam risco de queda.	PR	Implantado em algumas trilhas e mirantes. Não foi implantado em todos os trechos que oferecem risco.	Manter a ação.
Adquirir material completo de primeiros socorros e disponibilizar os mesmos no Posto 1, 2, 3 e na guarita da AD Maromba.	PR	Comprado material, porém este se encontra na Parte Alta, onde o número de acidentes é maior	Manter a ação para os outros locais indicados.
Estabelecer parcerias para treinamento de condutores.	R	Treinamento de condutores é realizado anualmente pelo PNI e por parceiros.	
Elaborar termo de referência para elaborar Plano de Interpretação.	R	Projeto de sinalização e interpretação já elaborado.	

R: Realizado, PR: Parcialmente Realizado, NR: Não Realizado

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Contatar especialistas que possam resolver os problemas referentes às águas servidas em toda a área do Parque.	PR	Está em andamento um projeto de monitoramento da qualidade de água no PNI.	Manter a ação.
Realizar estudo específico para detectar os efeitos do uso do refugio de siderurgia no leito da estrada interna do Parque - BR 485, sobre os cursos d'água, nos animais e nos seres humanos.	NR	Ação não foi priorizada. Não há indícios de efeitos do uso de refugio. Na parte baixa, foi realizado laudo técnico comprovando que o refugio era inerte.	Retirar esta ação.
Revisar o Plano de Manejo do Parque, visando principalmente uma atualização do zoneamento com base em orto fotografias aéreas recentes em escala 1:25.000, realizado de maneira homogênea em toda a área do Parque.	NR	Não houve prioridade, nem equipe suficiente.	Manter a ação. A revisão do PM será iniciada agora em 2009, com recursos de compensação, aguardando apenas o OK do Ministério do Meio Ambiente para a Câmara de Compensação do Estado do Rio de Janeiro.
Revisar o projeto de sinalização que está sendo elaborado e atualizá-lo de acordo com as especificações e normas do Plano de Uso Público.	R	Projeto de sinalização e interpretação já elaborado.	
Sinalizar a presença de bicicletas na BR-485.	NR	Ainda não há demanda suficiente para a instalação.	Manter a ação, no escopo desta monitoria, pois atividade foi ampliada.
Colocar placas com limites de velocidade e sinalização na BR-485.	R	Atualmente as placas foram colocadas pelo DNIT e são de 30km/h.	Esta monitoria propôs a revisão de toda esta estrada interna principal.

MONITORIA E AVALIAÇÃO ASSISTIDA NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (PNI) - PARTE BAIXA

Ações Previstas no Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI)	Estágio de Implementação (R,PR,NR)	Justificativas (PR / NR)	Reprogramação
Elaborar <i>folder</i> de custo menor que o atual e distribuir os mesmos nas agências regionais em número suficiente.	R	Foram elaborados vários folhetos ao longo dos anos, e um novo em 2007, no Programa 70 Anos do PNI.	Manter ação no escopo desta monitoria e da revisão do PM.
Definir linhas de pesquisa prioritárias relacionadas ao uso público e divulgar nos centros de pesquisa e universidades.	PR	Não houve definição de prioridades de pesquisa ainda, pois ainda dá para trabalhar com a demanda externa.	Manter a ação a partir da revisão do PM.
Realizar estudo específico para verificar o impacto dos veículos no PNI.	NR	Ação não foi considerada prioritária.	Manter a ação, tendo em vista a possibilidade de sistema único de transporte proposto pelo PUP e atualizado nesta monitoria.
Atualizar periodicamente as informações no site existente na Internet.	R	O <i>site</i> do PNI está em constante atualização.	
Novas Atividades Implementadas e não Constantes do PUP			
Escalada do Rochedo do Último Adeus.	PR	Ação ocorre sem oficialização pelo Parque.	Esta monitoria indicou a atualização e a oficialização desta atividade.